

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA-AGO/AGE A SEREM REALIZADAS, CUMULATIVAMENTE, EM 31 DE JULHO DE 2020, ÀS 17 HORAS, E DE FORMA EXCLUSIVAMENTE DIGITAL.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.:

Considerando que:

- a) Há necessidade de aprovar a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, bem como de encaminhar aos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019 e os respectivos documentos complementares;
- b) Em conformidade com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2019, verificou-se o Lucro Líquido de R\$835.078 mil, R\$17.557 mil de saldo referente à realização do custo atribuído de imobilizado e R\$1.166 mil de saldo referente à reversão da reserva de incentivos fiscais, no referido exercício;
- c) Em 31-12-2019, as reservas de lucro da Cemig GT correspondiam ao montante de R\$2.713.360 mil (não considerando as reservas de incentivos fiscais de R\$43.850 mil), o que representava um excesso de R\$113.360 mil em relação ao capital social de R\$2.600.000 mil; e, um aumento do capital social da Cemig GT de R\$2.600.000 mil para R\$4.000.000 mil, por meio da incorporação R\$1.400.000 mil do saldo das reservas de lucros teria como consequência um novo saldo de reservas de lucros, não considerando as reservas de incentivos fiscais, de R\$1.313.360 mil, inferior em R\$2.686.640 mil ao novo saldo do capital social proposto, atendendo ao requisito previsto no artigo 199 da Lei 6.404/1976.

Propõe sejam encaminhadas, à AGO/AGE, as seguintes propostas:

1. Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhados dos respectivos documentos complementares.
2. Destinação do Lucro Líquido de 2019 no montante de R\$835.078 mil, do saldo de realização do custo atribuído de imobilizado no montante de R\$17.557 mil e do saldo referente à reversão da reserva de incentivos fiscais relativo aos exercícios anteriores, no montante de R\$1.166 mil, conforme a seguir:
 - R\$41.754 mil sejam destinados para constituição de Reserva Legal;
 - R\$270.000 mil já destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios por meio de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”), conforme deliberado pela Diretoria Executiva, em 16-12-2019;
 - R\$188.039 mil já destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios;
 - R\$354.008 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia;

O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2020, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato.
4. Autorização, verificação e aprovação do aumento do Capital Social da Companhia, no montante de R\$1.400.000.00000 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), por meio da integralização deste montante do saldo das reservas de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações, passando o Capital Social de R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal; Aprovação da alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a ter a seguinte redação: “Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentas e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal”, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2020.

Márcio Luiz Simões Utsch

José Reinaldo Magalhães

Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira

Marcelo Gasparino da Silva

Cledorvino Belini

Marco Aurélio Dumont Porto

José João Abdalla Filho

Romeu Donizete Rufino

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Orçamento de Capital

Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO

Anexo 4 – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

Anexo 5 – Parecer dos Auditores Independentes

Anexo 6 – Aumento de Capital – ICVM 481 - Artigo 14 – Anexo 14

Anexo 7 – Conselho de Administração – ICVM 481- Artigo 10

Anexo 8 – Conselho Fiscal – ICVM 481- Artigo 10

ANEXO 1

ORÇAMENTO DE CAPITAL

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA, A SER REALIZADA ATÉ 31 DE JULHO DE 2020**

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até 31 de julho de 2020, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2020, em milhares de Reais.

Investimentos planejados para 2020

Sistema elétrico de geração	91.705
Sistema elétrico de transmissão	244.285
Aportes em controladas e coligadas	127.449
Infraestrutura e Outros	10.995
	<hr/>
	474.433

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria – CR

Anexo 2



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2019 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 19-03-2020. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2019, como também com base no Parecer, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 19-03-2020, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2020.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Rodrigo de Mesquita Pereira

Anexo 3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a seguinte Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2020, referente à destinação do Lucro Líquido de 2019, no montante de R\$835.078 mil, do saldo de realização do custo atribuído de imobilizado no montante de R\$17.557 mil e do saldo referente à reversão da reserva de incentivos fiscais relativo a exercícios anteriores, no montante de R\$1.166 mil: a) R\$41.754 mil, sejam destinados para constituição de Reserva Legal; b) R\$270.000 mil, já destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios por meio de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 16-12-2019; c) R\$188.039 mil, já destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios; e, d) R\$354.008 mil, sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2020, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva. Após analisarem atentamente a aludida proposta e os esclarecimentos e justificativas apresentadas pela Administração da Companhia, em especial a notória e inevitável situação de crise deflagrada pela pandemia do Covid19 e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Marco Aurélio de Barcelos Silva

Rodrigo de Mesquita Pereira

Anexo 4

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Quando olhamos para o ano de 2019, é com satisfação que observamos os progressos que fizemos nas diferentes dimensões.

Em um ambiente renovado da Empresa, fizemos a revisão do planejamento estratégico da Companhia, com a participação da alta Administração e corpo gerencial, analisando as principais tendências globais no setor de energia e o posicionamento estratégico da Cemig GT nesse ambiente, com os seus desafios e oportunidades.

Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas, destacamos o compromisso de investimento relevante em nosso core business, alavancagem financeira adequada e assegurar eficiência operacional, garantindo excelência no atendimento aos nossos clientes e atendimento aos requisitos regulatórios.

Para termos sucesso, o envolvimento, comprometimento e talento dos nossos empregados é fundamental, sendo estabelecidas metas e indicadores específicos para que todos possam estar acompanhando o mapa estratégico e percebam a contribuição individual na execução da estratégia.

Os resultados da Cemig GT apresentaram um crescimento expressivo em 2019. Nosso lucro líquido foi de R\$835 milhões, um relevante aumento de 41% em relação ao ano anterior, que foi de R\$591 milhões.

Reduzimos o nosso endividamento com o pagamento de R\$610 milhões de dívidas em 2019. Temos como objetivo a redução no endividamento associada ao alongamento do perfil da dívida, o que nos garantirá uma maior qualidade de crédito, por meio de melhores avaliações de rating e, conseqüentemente, redução do custo de capital da Cemig GT.

Continuamos a investir em maior eficiência operacional. Destaca-se a reestruturação organizacional ocorrida em 2019, com a redução de 25% dos cargos gerenciais e a implementação de Programa de Desligamento Voluntário, que teve a adesão de 120 empregados.

Uma das grandes novidades do ano foi o nosso retorno aos leilões públicos de novos investimentos em transmissão. Apesar de não termos ganho nenhum dos lotes ofertados, representa uma nova realidade da Empresa, agora em condições financeiras e competitivas de incrementar o seu programa de investimentos em transmissão nos próximos anos, seja por meio de reforços em sua área de concessão, aprovados pelo Regulador, seja por meio do sucesso nos próximos leilões.

Um evento marcante em 2019 para o resultado consolidado foi o trânsito em julgado, favorável à Cemig GT, na ação onde questionávamos a incidência do ICMS na base de cálculo do Pasep/Cofins, que representam créditos fiscais próximos a R\$849 milhões, que a partir do recebimento, contribuirão, ainda mais, para a redução acelerada dos nossos índices de endividamento. Ressalta-se que deste montante, R\$196 milhões são depósitos judiciais registrados,

que foram liberados judicialmente em fevereiro de 2020, contribuindo para a melhoria da liquidez da Companhia.

Somos reconhecidos como uma empresa sustentável, que se preocupa com o impacto das suas ações no meio ambiente e na sociedade. Nossa única usina movida a óleo combustível está sendo desativada, com a desativação passaremos a gerar energia de fontes 100% renováveis. Além disso, somos a empresa que mais investe em cultura no Estado. A Cemig, nossa controladora, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual está presente desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais, que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

No que se refere ao ambiente externo, o cenário macroeconômico brasileiro, após um período de recessão e baixo crescimento, começa a apresentar sinais de recuperação, sendo aguardado crescimento para o País em 2020 em patamares superiores aos observados nos últimos anos, o que certamente terá impactos positivos em nossos resultados.

Concluindo, temos boas razões para estarmos otimistas com o futuro. Nesse cenário, a Administração da Cemig GT, seu corpo gerencial e qualificado grupo de empregados estão comprometidos e motivados para assegurar o progresso e sustentabilidade das nossas operações, garantindo o retorno adequado aos acionistas e atendimento das expectativas das demais partes interessadas.

Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Companhia como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada, compreendendo, em 31 de dezembro de 2019, um endividamento de R\$7.887 milhões, sendo 12% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 88% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2018, um endividamento de R\$8.199 milhões, sendo 7% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 93% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, um endividamento de R\$ 8.320 milhões, sendo 19% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 81% representado por dívidas de longo prazo. A redução do endividamento, embora pequena, tem sido consistente, com as amortizações ocorridas ao longo dos anos e sem novas contratações. A emissão de Eurobonds no final de 2017 complementada em junho de 2018 transferiu grande parte da dívida para 2024. Pode-se dizer que o endividamento da Companhia tem alongamento confortável e compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e

debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Anos	Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)
2017	60,6%
2018	60,8%
2019	58,7%

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia podem ser obtidas nos itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 5.136 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$7.302 milhões. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$4.980 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$7.714 milhões. As alterações verificadas entre os anos de 2019 e 2018 não foram relevantes. O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 4.794 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 7.381 milhões. Observa-se que houve uma manutenção entre os anos de 2018 e 2017. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis razoáveis, sendo 58,7% em 31 de dezembro de 2019, 60,8% em 31 de dezembro de 2018 e 60,6% em 31 de dezembro de 2017. As variações entre tais indicadores podem ser justificadas, basicamente, pelas variações no estoque da dívida.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, tendo alcançado, em 31 de dezembro de 2019, um montante um pouco menor do que em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 1.420 milhões em comparação com R\$ 1.501 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, o montante foi de R\$ 1.954 milhões. O decréscimo do LAJIDA em 2019, em comparação com 2018 deve-se, principalmente, à um aumento de 25,09% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização. A margem do LAJIDA passou de 21,84% em 2018 para 18,38% em 2019.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (TVM) era de R\$ 585 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 485 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 939 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Com uma dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) de R\$ 7.302 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.714 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 7.381 milhões em 31 de dezembro de 2017, aponta-se que cerca de 5,14 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam necessários para quitar o saldo devedor de

2019, os mesmos 5,14 anos de geração de caixa operacional que seriam suficientes para quitar o saldo devedor de 2018 e 3,78 anos de geração de caixa operacional seriam necessários para quitar o saldo devedor em 2017. Estes valores de 2019 decorrem de uma leve redução do endividamento e do LAJIDA.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$ 7.887 milhões está bem alongada, com 23,95% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 4,3 anos:



Os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia pagar a dívida de curto prazo, e de rolar a dívida de longo prazo, uma vez que tem um histórico bem-sucedido de acesso ao mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinaranciar sua dívida.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 2.776 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$ 2.292 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 3.392 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta melhoria decorreu do esforço implementado pela Companhia para alongar a dívida. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade de não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas, empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As operações da Companhia são financiadas por meio da geração de caixa dos negócios, captações no mercado de capitais, mediante emissões de debêntures e pela contratação de financiamentos de longo prazo. As despesas operacionais e financeiras, investimentos e manutenção dos custos de operação da Companhia são financiados por meio da geração de caixa, ao passo que novas aquisições de investimentos e imobilizado têm sido financiadas com contratação de financiamentos e emissões de debêntures.

A seguir são descritas as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas pela Companhia e algumas de suas controladas, nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017:

Em 2019 não houve contratação de dívida.

Em julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante adicional de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,946 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024.

Ao longo do ano de 2017, a Companhia, em conjunto com a Cemig D, realizou uma negociação construtiva com seus principais bancos credores, visando à substituição de dívidas que venciam a partir de 2017 por novas dívidas com amortizações programadas para ocorrer em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019, no caso da Cemig GT, e a partir de julho de 2019, no caso da Cemig D. A dívida-alvo do reperfilamento compreendeu certas dívidas contraídas com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco Bradesco e o Itaú Unibanco. Ao final de dezembro, as empresas concluíram o reperfilamento de suas dívidas, sendo que no caso da Cemig GT, através de aditivos a operações de crédito com o Banco do Brasil no valor de R\$741 milhões. O reperfilamento da dívida da Cemig GT teve um custo de 140% da variação do CDI. A operação da Cemig GT será amortizada em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2019. Todas as dívidas contaram com garantias reais e a obrigação de amortização antecipada vinculada à venda de ativos da Cemig GT.

Ainda em 2017, a Cemig GT emitiu Eurobonds no mercado internacional, no montante de US\$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a.. A emissão, com prazo de 7 anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir de quando a emissão completar 6 anos. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da Cemig, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating "B" atribuído pela Fitch e pela Standard&Poors. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05/12/2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,49% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants

foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral Cemig, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, *commercial papers*, *eurobonds*, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de alta liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de *hedge* não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento prevêm cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos

contratos financeiros, era de R\$ 7.887 milhões, sendo de R\$ 7.302 milhões a dívida líquida. Tais alterações verificadas na comparação entre os exercícios de 2018 e 2019 decorreram da amortização da dívida ao longo do ano de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 8.199 milhões, sendo de R\$ 7.714 milhões a dívida líquida. Tais alterações verificadas na comparação entre os exercícios de 2017 e 2018 decorreram do compromisso da companhia em constante redução da dívida. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 8.320 milhões, sendo de R\$ 7.381 milhões a dívida líquida.

Para fins deste Formulário de Referência, “Dívida Líquida” significa uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, consistindo no somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM. Importante ressaltar que Dívida Líquida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelos IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades. A Companhia divulga Dívida Líquida porque a utiliza para medir o seu nível de endividamento. Para mais detalhes, vide seção 3.9 deste Formulário de Referência.

O custo nominal da dívida da Companhia está em patamares mais confortáveis que em anos anteriores (9,22% ao ano em 31 de dezembro de 2019, 9,36% ao ano em 31 de dezembro de 2018 e 9,23% ao ano em 31 de dezembro de 2017). O custo real da dívida da Companhia vem sendo reduzido gradativamente (4,74% ao ano em 31 de dezembro de 2018, 5,45% ao ano em 31 de dezembro de 2018 e 6,14% ao ano em 31 de dezembro de 2017). Isto é reflexo das condições do mercado e da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros CDI e na taxa de inflação IPCA, que sofreram reduções consideráveis em 2019, contribuindo na redução de nosso custo da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: dólar (41% do total), IPCA (32% do total), CDI (25% do total) e outros (2% do total). Vale ressaltar que, para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI e para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito ainda satisfatória da Companhia, face aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

Em 31 de dezembro de

	2019	2018	2017
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,44	2,40	2,49
Dívida Líquida / LAJIDA	5,14	5,14	3,8
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	58,7%	60,8%	60,6%

Fonte: Companhia

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo (curto e longo) / patrimônio líquido

(2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (valores expressos em mil):

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 2019			Consolidado 2018	Consolidado 2017
				Circulante	Não circulante	Total		
MOEDA ESTRANGEIRA								
KFW	2019	1,78%	EUR	-	-	-	229	4383
Eurobonds	2024	9,25%	USD	45.691	6.046.051	6.091.742	5.856.124	3.333.149
(-) Custos de transação				-	-18.656	-18.656	-21.319	-15.400
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	-30.040	-30.040	-34.269	-47.690
Dívida em moeda estrangeira				45.691	5.997.355	6.043.046	5.800.765	3.274.442
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2018	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	742.364
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	-	-	-	-	121.470
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	-	-	-	-	2.359
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	60.516	-	60.516	55.576	-
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	117.710	-	117.710	107.791	-
(-) Custos de Transação			R\$	-	-	-	-	-8.854
Dívida em moeda nacional				178.411	-	178.411	163.552	857.524
Total de empréstimos e financiamentos				224.102	5.997.355	6.221.457	5.964.317	4.131.966
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361	301.065
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	396330	691.659	1.087.989	1.049.331	1.010.202
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única	2018	CDI + 1,70%	R\$	-	-	-	-	703.021
Debêntures - 6ª Emissão - 1ª Série	2018	CDI + 1,60%	R\$	-	-	-	-	507.692
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	17.292	-	17.292	33.322	32.093
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	289381	288.686	578.067	1.022.646	1.683.557

(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				-	-	-	-	-12.405
(-) Custos de transação				-9007	-9.015	-18.022	-27.065	-37.028
Total de debêntures				693.996	971.330	1.665.326	2.234.595	4.188.197
Total geral				918.098	6.968.685	7.886.783	8.198.912	8.320.163

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

(2) Central Eólica Praias de Parajuru.

(3) Central Eólica Volta do Rio.

(4) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2019, era superior a R\$ 50 milhões):

I. Bonds

Em dezembro de 2017, a Cemig GT emitiu Eurobonds no mercado internacional, no montante de US\$1 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a.. A emissão, com prazo de 7 anos, vencerá em dezembro de 2024, havendo a opção de um pré-pagamento, sem prêmio, a partir de quando a emissão completar 6 anos. A emissão, que conta com a garantia fidejussória da Cemig, foi utilizada para amortizar a dívida de curto prazo existente. A emissão contou com um rating “B” atribuído pela Fitch e pela Standard&Poors. Com o objetivo de se proteger da variação cambial, a Cemig GT realizou a liquidação financeira da emissão, em 05/12/2017, concomitantemente com a contratação de uma operação de hedge, ao custo de 150,49% da variação do CDI, para o valor total, incluindo os juros, através de uma combinação de Swap dos juros mais Call Spread do principal (em que a Cemig GT admite estar protegida até uma determinada cotação). A Escritura da emissão prevê cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating. Em 18 de julho de 2018, a Companhia realizou a liquidação financeira da reabertura dos Eurobonds emitidos originalmente em 05 de dezembro de 2017, no montante de US\$ 500 milhões, correspondente a R\$1,9 bilhão, com cupom semestral de 9,25% a.a., e vencimento de principal em dezembro de 2024. Concomitantemente à liquidação, foi realizada operação de hedge abrangendo todo o período da emissão, através de uma combinação de Call Spread do principal, e Swap da totalidade dos juros, trocando assim o cupom de 9,25% a.a. por taxa equivalente a 125,52% do CDI. O saldo total devedor em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 6.092 milhões.

II- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de debêntures simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1mil na data de emissão, qual seja,

15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 1.088 milhões.

III – Sétima emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu a 7ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória da sua controladora Cemig, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, tendo sido emitidas 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil na data de emissão, totalizando R\$ 2.240 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para o resgate das 144 (cento e quarenta e quatro) notas promissórias comerciais da 6ª (sexta) emissão da Companhia, emitidas em 30 de dezembro de 2015, bem como para o pagamento de outras dívidas vincendas no ano de 2016 e recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 578 milhões.

IV – Empréstimos com CEF das Eólicas

Em 20 de dezembro de 2018, a companhia concluiu a operação de descruzamento das participações da Cemig e da Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) e Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”), resultando na assunção das dívidas remanescentes junto à Caixa Econômica Federal, com vencimentos em 2021 e 2022 e atualizada pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP + 2,50% ao ano. O saldo devedor total deste empréstimo, em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 178 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os diretores da Companhia informam que não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas controladas e instituições financeiras, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, além daquelas já descritas no item 10.1(f) (i) deste Formulário de Referência.

iii . Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial da Companhia, há ordem de preferência quanto ao pagamento das obrigações, prevista e resguardada nos termos da Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005. Determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência, até o limite da garantia real constituída.

Cerca de 91% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da Cemig e cerca de 9% da dívida são garantidos por recebíveis e ações de subsidiárias da Cemig e da Cemig GT.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 2017, a emissão de bonds pela Cemig Geração e Transmissão S.A. previu cláusulas restritivas e eventos de inadimplência, que podem gerar o vencimento antecipado da dívida. No pacote de covenants há restrições de investimento, de endividamento, de pagamento de dividendos e de garantias reais, dentre outras, proporcionando, entretanto, uma combinação entre flexibilidade operacional e financeira para o emissor e proteção para os investidores. Os covenants foram definidos seguindo o padrão de covenants para emissões High Yield, os quais deixarão de ser aplicados se e quando a Cemig GT se tornar “investment grade” no conceito de duas agências de rating.

Os covenants financeiros a serem observados semestralmente são os seguintes:

Covenant financeiro de manutenção Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant		
Período	Cemig	Cemig GT
31-Dez-2017	5,00x	5,50x
30-Jun-2018	5,00x	5,50x
31-Dez-2018	4,25x	5,00x
30-Jun-2019	4,25x	5,00x
31-Dez-2019	3,50x	4,50x
30-Jun-2020	3,50x	4,50x
31-Dez-2020	3,00x	3,00x
30-Jun-2021	3,00x	3,00x
31-Dez-2021 em diante	3,00x	2,50x

Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. captou, em dezembro de 2016, R\$ 2.240 milhões, por meio de sua 7ª emissão de debêntures. A Escritura dessa emissão conta com uma cláusula financeira restritiva verificada semestralmente que prevê que a Cemig Geração e Transmissão S.A. terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 5,5 vezes em dezembro de 2017; 5,0 vezes em dezembro de 2018; 4,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive. Esta mesma cláusula também prevê que a Companhia, garantidora da operação, terá a obrigação de manter sua dívida líquida / (Ebitda + dividendos Recebidos), igual ou inferior a: 4,5 vezes em dezembro de 2017; 4,25 vezes em dezembro de 2018; 3,5 vezes em dezembro de 2019; 3,0 vezes em dezembro de 2020; e 2,5 vezes em dezembro de 2021, inclusive.

Nota: Para fins do disposto nestes covenants, os termos terão os seguintes significados: 1) “Dívida Líquida” significa o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo

circulante e não circulante), acrescido de dívidas com a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz e opções de venda (valor atualizado mensalmente), subtraído do saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (ativo circulante e não circulante), com base nas últimas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ou da Companhia, conforme o caso, apresentadas à CVM. 2) “EBITDA” significa o lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, e o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007: (a) subtraído de (a.1) equivalência patrimonial (coligadas), (a.2) provisões para opções de venda, (a.3) resultado não operacional, (a.4) reorganização societária e (a.5) efeito contábil da indenização da transmissão; e (b) acrescido de (b.1) efeito caixa da indenização da transmissão e (b.2) dividendos recebidos (coligadas). 3) “Dividendos Recebidos” significa os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos no período em questão.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

As controladas Parajuru e Volta do Rio também possuem *covenants*, conforme descritos a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (1)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

(1) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de financiamento contratados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	211.608	1,20	301.696	1,78	(29,86)
Títulos e valores mobiliários	372.678	2,11	161.848	0,95	130,26
Consumidores e revendedores	1.033.281	5,85	879.875	5,19	17,43
Concessionários - transporte de energia	95.815	0,54	71.164	0,42	34,64
Tributos compensáveis	51.182	0,29	48.505	0,29	5,52
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	364.562	2,06	159.160	0,94	129,05
Dividendos a receber	112.043	0,63	98.842	0,58	13,36
Ativo financeiro da concessão	439.582	2,49	423.511	2,50	3,79
Ativos de contrato	171.849	0,97	130.951	0,77	31,23
Adiantamento a fornecedores	40.081	0,23	6.785	0,04	490,73
Prêmio repactuação risco hidrológico	17.203	0,10	17.159	0,10	0,26
Instrumentos financeiros derivativos	234.766	1,33	69.643	0,41	237,10
Outros	93.903	0,53	168.167	0,99	(44,16)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.238.553	18,34	2.537.306	14,97	27,64
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	916	0,01	21.498	0,13	(95,74)
Consumidores e revendedores	5.942	0,03	5.020	0,03	18,37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.100	0,03	-	-	-
Tributos compensáveis	676.051	3,83	17.825	0,11	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.067	0,02	3.115	0,02	(1,54)
Depósitos vinculados a litígios	364.277	2,06	374.374	2,21	(2,70)
Valores a receber de partes relacionadas	1.573	0,01	921.288	5,43	(99,83)
Prêmio repactuação risco hidrológico	9.338	0,05	22.981	0,14	(59,37)
Adiantamento a fornecedores	-	-	87.285	0,51	(100,00)
Instrumentos financeiros derivativos	1.456.178	8,24	743.692	4,39	95,80
Outros	53.561	0,30	59.290	0,35	(9,66)
Ativo financeiro da concessão	4.125.488	23,36	4.097.935	24,17	0,67
Ativos de contrato	1.024.385	5,80	998.359	5,89	2,61
Investimentos	4.041.565	22,88	4.205.308	24,81	(3,89)
Imobilizado	2.448.487	13,86	2.659.221	15,69	(7,92)
Intangíveis	155.587	0,88	197.583	1,17	(21,25)
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	52.984	0,30	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.424.499	81,66	14.414.774	85,03	0,07
TOTAL DO ATIVO	17.663.052	100,00	16.952.080	100,00	4,19

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	224.102	1,27	44.338	0,26	405,44
Debêntures	693.996	3,93	559.873	3,30	23,96
Fornecedores	422.312	2,39	484.726	2,86	(12,88)
Imposto de renda e contribuição social	133.868	0,76	112.057	0,66	19,46
Impostos, taxas e contribuições	51.248	0,29	57.664	0,34	(11,13)
Encargos regulatórios	168.785	0,96	139.457	0,82	21,03
Obrigações pós-emprego	62.550	0,35	57.052	0,34	9,64
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	781.769	4,43	660.068	3,89	18,44
Salários e encargos sociais	51.020	0,29	62.724	0,37	(18,66)
Adiantamento de clientes	-	-	40.267	0,24	(100,00)
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16.724	0,09	-	-	-
Outras obrigações	169.138	0,96	74.191	0,44	127,98
TOTAL DO CIRCULANTE	2.775.512	15,71	2.292.417	13,52	21,07
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	5.997.355	33,95	5.919.979	34,92	1,31
Debêntures	971.330	5,50	1.674.722	9,88	(42,00)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	403.108	2,28	461.731	2,72	(12,70)
Impostos, taxas e contribuições	352	0,00	4.445	0,03	(92,08)
Encargos regulatórios	45.298	0,26	59.349	0,35	(23,68)
Obrigações pós-emprego	1.372.337	7,77	1.019.794	6,02	34,57
Provisões	400.457	2,27	98.708	0,58	305,70
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	482.841	2,73	419.148	2,47	15,20
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	38.335	0,22	-	-	-
Outras obrigações	39.926	0,23	21.651	0,13	84,41
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.751.339	55,21	9.679.527	57,10	0,74
TOTAL DO PASSIVO	12.526.851	70,92	11.971.944	70,62	4,64
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.600.000	14,72	2.600.000	15,34	-
Reservas de lucros	2.757.210	15,61	2.362.614	13,94	16,70
Ajustes de avaliação patrimonial	(221.009)	(1,25)	17.522	0,10	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.136.201	29,08	4.980.136	29,38	3,13
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.663.052	100,00	16.952.080	100,00	4,19

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2019 em comparação a 2018 são como segue:

Instrumentos financeiros derivativos

- ganho com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$998 milhões, em 2019, em comparação a R\$893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), e para o valor presente da marcação a mercado do instrumento financeiro. O aumento no valor justo da opção (call spread) também contribuiu para o ganho nas operações de hedge.

Provisões

- reconhecimento, de provisão de contingência tributária no montante de R\$284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016.

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
RECEITA	7.723.720	100,00	6.874.237	100,00	12,36
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(189.901)	(2,46)	(213.698)	(3,11)	(11,14)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.841.262)	(49,73)	(3.853.066)	(56,05)	(0,31)
	(4.031.163)	(52,19)	(4.066.764)	(59,16)	(0,88)
CUSTO					
Pessoal e administradores	(274.004)	(3,55)	(277.183)	(4,03)	(1,15)
Materiais	(20.640)	(0,27)	(42.021)	(0,61)	(50,88)
Serviços de terceiros	(124.494)	(1,61)	(117.081)	(1,70)	6,33
Depreciação e amortização	(195.969)	(2,54)	(143.242)	(2,08)	36,81
Provisões operacionais, líquidas	(317.406)	(4,11)	(14.062)	(0,20)	-
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	(220.390)	(2,85)	(95.712)	(1,39)	130,26
Outros custos operacionais	(46.174)	(0,60)	(23.524)	(0,34)	96,28
	(1.199.077)	(15,52)	(712.825)	(10,37)	68,21
CUSTO TOTAL	(5.230.240)	(67,72)	(4.779.589)	(69,53)	9,43
LUCRO BRUTO	2.493.480	32,28	2.094.648	30,47	19,04
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	(38.407)	(0,50)	4.628	0,07	-
Despesas gerais e administrativas	(121.683)	(1,58)	(109.480)	(1,59)	11,15
Despesas com provisões operacionais	(690.690)	(8,94)	(453)	(0,01)	-
Outras despesas operacionais	(355.530)	(4,60)	(236.926)	(3,45)	50,06
	(1.206.310)	(15,62)	(342.231)	(4,98)	252,48
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	(1,07)	(352.389)	(5,13)	(76,54)
Remensuração de participação anterior de adquiridas	-	-	79.693	1,16	-
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	-	-	(127.427)	(1,85)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.204.502	15,59	1.352.294	19,67	(10,93)
Receitas financeiras	1.383.270	17,91	1.163.788	16,93	18,86
Despesas financeiras	(1.149.320)	(14,88)	(1.540.234)	(22,41)	(25,38)
Resultado antes dos impostos	1.438.452	18,62	975.848	14,20	47,41
Imposto de renda e contribuição social correntes	(549.733)	(7,12)	(313.003)	(4,55)	75,63
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(53.641)	(0,69)	(72.062)	(1,05)	(25,56)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	835.078	10,81	590.783	8,59	41,35
Lucro por ação ordinária – R\$	0,2883	0,00	0,2039	0,00	41,39

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia alcançou o montante de R\$1.420 milhões em 2019, em comparação a R\$1.501 milhões em 2018, representando uma redução de 5,40%:

Lajida - R\$ milhões	2019	2018	Var %
Lucro líquido do exercício	835	591	41,29
+ Despesa de IR e contribuição social correntes e diferidos	603	385	56,62
+/- Resultado financeiro líquido	(234)	376	-
+ Depreciação e amortização	216	149	44,97
= Lajida	1.420	1.501	(5,40)

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$211 milhões, em comparação a R\$302 milhões em 31 de dezembro de 2018, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As principais razões para essa variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2019 totalizou R\$737 milhões em comparação ao caixa líquido consolidado de R\$1.671 milhões gerado pelas atividades operacionais em 2018. Essa redução decorre, principalmente, do fato de o caixa de 2018 ter sido significativamente afetado pelo recebimento da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados, relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda, no montante de R\$1.140 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2019 totalizou R\$93 milhões em comparação ao caixa líquido de R\$626 milhões consumido pelas atividades de investimento em 2018. Essa variação deve-se, basicamente, ao recebimento do mútuo com a Cemig (controladora da Cemig GT), no montante de R\$400 milhões, sendo que no ano anterior ocorreu, no sentido inverso, a saída de recursos para provimento à Cemig no montante de R\$391 milhões. Adicionalmente, ocorreram em 2018 investimentos em controladas no montante de R\$657 milhões em comparação a R\$44 milhões em 2019.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2019 totalizou R\$920 milhões em comparação a R\$1.146 milhões consumidos em 2018. Essa redução é decorrente, principalmente, da menor amortização de empréstimos em 2019, no montante de R\$610 milhões, sendo que em 2018 a amortização de empréstimos, líquida de captações, de R\$932 milhões.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Consolidado				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	301.696	1,78	403.339	2,41	(25,20)
Títulos e valores mobiliários	161.848	0,95	520.963	3,12	(68,93)
Consumidores e revendedores	879.875	5,19	850.487	5,09	3,46
Concessionários - transporte de energia	71.164	0,42	89.153	0,53	(20,18)
Tributos compensáveis	48.505	0,29	30.840	0,18	57,28
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	159.160	0,94	138.435	0,83	14,97
Dividendos a receber	98.842	0,58	75.480	0,45	30,95
Ativo financeiro da concessão	423.511	2,50	689.353	4,13	(38,56)
Ativos de contrato	130.951	0,77	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	6.785	0,04	98.914	0,59	(93,14)
Prêmio repactuação risco hidrológico	17.159	0,10	16.681	0,10	2,87
Instrumentos financeiros derivativos	69.643	0,41	-	-	-
Outros	168.167	0,99	60.427	0,36	178,30
TOTAL DO CIRCULANTE	2.537.306	14,97	2.974.072	17,80	(14,69)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	21.498	0,13	14.659	0,09	46,65
Consumidores e revendedores	5.020	0,03	-	-	-
Tributos Compensáveis	17.825	0,11	8.272	0,05	115,49
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	3.115	0,02	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios	374.374	2,21	309.994	1,86	20,77
Valores a receber de partes relacionadas	921.288	5,43	351.709	2,10	161,95
Prêmio repactuação risco hidrológico	22.981	0,14	35.060	0,21	(34,45)
Adiantamento a fornecedores	87.285	0,51	5.084	0,03	-
Instrumentos financeiros derivativos	743.692	4,39	8.649	0,05	-
Outros	59.290	0,35	59.886	0,36	(1,00)
Ativo financeiro da concessão	4.097.935	24,17	6.024.377	36,05	(31,98)
Ativos de contrato	998.359	5,89	-	-	-
Investimentos	4.205.308	24,81	4.723.336	28,27	(10,97)
Imobilizado	2.659.221	15,69	2.162.890	12,94	22,95
Intangíveis	197.583	1,17	32.640	0,20	505,34
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	14.414.774	85,03	13.736.556	82,20	4,94
TOTAL DO ATIVO	16.952.080	100,00	16.710.628	100,00	1,44

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	44.338	0,26	153.991	0,92	(71,21)
Debêntures	559.873	3,30	1.453.430	8,70	(61,48)
Fornecedores	484.726	2,86	472.043	2,82	2,69
Imposto de Renda e Contribuição Social	112.057	0,66	99.832	0,60	12,25
Impostos, Taxas e Contribuições	57.664	0,34	133.666	0,80	(56,86)
Encargos Regulatórios	139.457	0,82	151.532	0,91	(7,97)
Obrigações Pós-Emprego	57.052	0,34	52.395	0,31	8,89
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	660.068	3,89	564.230	3,38	16,99
Salários e Encargos Sociais	62.724	0,37	48.547	0,29	29,20
Adiantamento de Clientes	40.267	0,24	190.758	1,14	(78,89)
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	-	-	12.596	0,08	-
Outras Obrigações	74.191	0,44	59.230	0,35	25,26
TOTAL DO CIRCULANTE	2.292.417	13,52	3.392.250	20,30	(32,42)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	5.919.979	34,92	3.977.975	23,81	48,82
Debêntures	1.674.722	9,88	2.734.767	16,37	(38,76)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	461.731	2,72	416.446	2,49	10,87
Impostos, Taxas e Contribuições	4.445	0,03	3.830	0,02	16,06
Encargos Regulatórios	59.349	0,35	84.557	0,51	(29,81)
Obrigações Pós-Emprego	1.019.794	6,02	852.136	5,10	19,68
Provisões	98.708	0,58	96.310	0,58	2,49
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	-	-	28.515	0,17	-
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda)	419.148	2,47	311.593	1,86	34,52
Outras Obrigações	21.651	0,13	18.417	0,11	17,56
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	9.679.527	57,10	8.524.546	51,01	13,55
TOTAL DO PASSIVO	11.971.944	70,62	11.916.796	71,31	0,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	2.600.000	15,34	1.837.710	11,00	41,48
Reservas de Lucros	2.362.614	13,94	2.702.600	16,17	(12,58)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.522	0,10	153.522	0,92	(88,59)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	100.000	0,60	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.980.136	29,38	4.793.832	28,69	3,89
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.952.080	100,00	16.710.628	100,00	1,44

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2018 em comparação a 2017 são como segue:

Ativos financeiros da concessão

- Redução de R\$1.927 milhões nos saldos de longo prazo em função principalmente do recebimento da indenização dos ativos de geração e recebimento da indenização de transmissão, considerando a adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579).

Debêntures – Curto prazo

- Redução de 61,8%, no saldo das debêntures de curto prazo em função basicamente da captação de novos recursos com vencimento no longo prazo, destacando-se a emissão dos Eurobonds, com a quitação das obrigações de curto prazo e alongamento do prazo de vencimento da dívida.

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

R\$ MILHARES	Consolidado				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
RECEITA	6.874.237	100,00	7.786.741	100,00	88,28
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA					
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(213.698)	(3,11)	(350.191)	(4,50)	61,02
Energia elétrica comprada para revenda	(3.853.066)	(56,05)	(4.169.830)	(53,55)	92,40
	(4.066.764)	(59,16)	(4.520.021)	(58,05)	89,97
CUSTO					
Pessoal e administradores	(277.183)	(4,03)	(307.611)	(3,95)	90,11
Materiais	(42.021)	(0,61)	(20.294)	(0,26)	207,06
Serviços de terceiros	(117.081)	(1,70)	(80.105)	(1,03)	146,16
Depreciação e amortização	(143.242)	(2,08)	(152.974)	(1,96)	93,64
Provisões operacionais, líquidas	(14.062)	(0,20)	(8.462)	(0,11)	166,18
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	(95.712)	(1,39)	(24.827)	(0,32)	385,52
Outros custos operacionais	(23.524)	(0,34)	(35.772)	(0,46)	65,76
	(712.825)	(10,37)	(630.045)	(8,09)	113,14
CUSTO TOTAL	(4.779.589)	(69,53)	(5.150.066)	(66,14)	92,81
LUCRO BRUTO	2.094.648	30,47	2.636.675	33,86	79,44
DESPESA OPERACIONAL					
Despesas com vendas	4.628	0,07	(17.514)	(0,22)	-
Despesas gerais e administrativas	(109.480)	(1,59)	(173.222)	(2,22)	63,20
Outras despesas operacionais	(224.913)	(3,27)	(130.829)	(1,68)	171,91
	(329.765)	(4,80)	(321.565)	(4,13)	102,55
Resultado de equivalência patrimonial	(352.389)	(5,13)	(519.024)	(6,67)	67,89
Resultado de combinação de negócios	79.693	1,16	-	-	-
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	(139.893)	(2,04)	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.352.294	19,67	1.796.086	23,07	75,29
Receitas financeiras	1.163.788	16,93	216.535	2,78	537,46
Despesas financeiras	(1.540.234)	(22,41)	(1.164.121)	(14,95)	132,31
Resultado antes dos impostos	975.848	14,20	848.500	10,90	115,01
Imposto de renda e contribuição social correntes	(313.003)	(4,55)	(253.842)	(3,26)	123,31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(72.062)	(1,05)	(166.199)	(2,13)	43,36
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	590.783	8,59	428.459	5,50	137,89
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária – R\$	0,2039	0,00	0,1479	0,00	137,86

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia apresentou uma redução de 23,18% em 2018 em comparação com 2017, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2018	2017	Var %
Lucro líquido do exercício	591	428	38,08
+ Despesa de IR e contribuição social correntes e diferidos	385	420	(8,33)
+ Resultado financeiro líquido	376	948	(60,34)
+ Amortização e depreciação	149	158	(5,70)
= Lajida	1.501	1.954	(24,62)

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$302 milhões, em comparação com R\$403 milhões em 31 de dezembro de 2017, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2018 totalizou R\$1.678 milhões e o caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2017 totalizou R\$778 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, em função do recebimento, em 2018, da indenização dos ativos não amortizados ou não depreciados, relativos aos Projetos Básicos das Usinas São Simão e Miranda.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2018 totalizou R\$626.299 milhões e o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2017 totalizou R\$373 milhões. Essa variação deve-se, basicamente, pelas aquisições de novas controladas e subsidiárias no montante de R\$304 milhões e realização de operação de mútuo com partes relacionadas, no montante de R\$391 milhões, parcialmente compensados pelo resgate de títulos e valores mobiliários no montante de R\$365 milhões.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2018 totalizou R\$1.153 milhões e foi composto pela amortização de R\$2.880 milhões de empréstimos e pagamento de R\$221 milhões de juros sobre o capital próprio e dividendos, parcialmente compensados pela captação de R\$1.948 milhões de empréstimos.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$430 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R\$3.473 milhões de empréstimos e pagamento de R\$255 milhões de juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$3.198 milhões de empréstimos.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

R\$ MILHÕES	Consolidado				
	2017	AV%	2016	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	403	2,41	428	2,60	(5,84)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	521	3,12	424	2,57	22,88
Consumidores e Revendedores	850	5,09	725	4,40	17,24
Concessionários - Transporte de Energia	89	0,53	37	0,22	140,54
Ativo Financeiro da Concessão	689	4,12	333	2,02	106,91
Tributos Compensáveis	31	0,19	55	0,33	(43,64)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	138	0,83	176	1,07	(21,59)
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	17	0,10	17	0,10	-
Adiantamento a Fornecedores	99	0,59	1	-	-
Créditos junto a Eletrobras	-	0,81	48	0,29	(100,00)
Outros Créditos	136	0,55	10	0,06	-
TOTAL DO CIRCULANTE	2.973	17,80	2.350	14,26	26,55
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	15	0,10	13	0,08	15,38
Tributos Compensáveis	8	0,05	15	0,09	(46,67)
Depósitos Vinculados a Litígios	310	1,86	229	1,39	35,37
Transações com Partes Relacionadas	352	2,11	75	0,45	369,33
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	35	0,21	46	0,28	(23,91)
Adiantamento a Fornecedores	5	0,03	229	1,39	(97,82)
Ativos de concessão de geração	-	-	207	1,26	(100,00)
Instrumentos financeiros derivativos	9	0,05	-	-	-
Outros Créditos	60	0,36	67	0,41	(10,45)
Ativo Financeiro da Concessão	6.024	36,05	4.755	28,85	26,69
Investimentos	4.723	28,26	5.292	32,10	(10,75)
Imobilizado	2.163	12,94	3.170	19,23	(31,77)
Intangíveis	33	0,20	36	0,22	(8,33)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.737	82,20	14.134	85,74	(2,81)
TOTAL DO ATIVO	16.710	100,00	16.484	100,00	1,37

R\$ MILHÕES	Consolidado				
	2017	AV%	2016	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	154	0,92	1.411	8,56	(89,09)
Debêntures	1.453	8,70	1.846	11,20	(21,29)
Fornecedores	472	2,82	377	2,29	25,20
Imposto de Renda e Contribuição Social	100	0,60	6	0,04	-
Impostos, Taxas e Contribuições	134	0,80	136	0,83	(1,47)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	564	3,38	605	3,67	(6,78)
Salários e Encargos Sociais	49	0,29	53	0,32	(7,55)
Encargos Regulatórios	152	0,91	70	0,42	117,14
Obrigações Pós-Emprego	52	0,31	45	0,27	15,56
Venda Antecipada de Energia Elétrica	191	1,14	181	1,10	5,52
Instrumentos financeiros derivativos	13	0,08	-	-	-
Outras Obrigações	59	0,35	96	0,58	(38,54)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.392	20,30	4.826	29,28	(29,71)
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	3.979	23,81	753	4,57	428,42
Debêntures	2.734	16,36	4.625	28,06	(40,89)
Provisões	96	0,57	105	0,64	(8,57)
Obrigações Pós-Emprego	852	5,10	861	5,22	(1,05)
Impostos, Taxas e Contribuições	4	0,02	101	0,61	(96,04)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	416	2,49	286	1,74	45,45
Encargos Regulatórios	85	0,51	128	0,78	(33,59)
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	340	2,03	196	1,19	73,47
Outras Obrigações	19	0,11	20	0,12	(5,00)
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8.525	51,02	7.075	42,92	20,49
TOTAL DO PASSIVO	11.917	71,32	11.901	72,20	0,13
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.838	11,15	1.838	11,15	-
Reservas de Lucros	2.703	15,00	2.475	15,01	9,21
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	153	1,64	271	1,64	(43,54)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.794	27,68	4.583	27,80	4,60
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.710	100,00	16.484	100,00	1,37

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2017 em comparação a 2016 são como segue:

Ativos Financeiros Da Concessão

- Aumento de R\$1.269 milhões nos Ativos Financeiros da Concessão de longo prazo em função principalmente da transferência para essa rubrica da indenização a receber das usinas de São Simão e Miranda (transferido do Imobilizado) e atualização do ativo financeiro de transmissão.

Investimentos

- Redução de R\$569 milhões nos Investimentos em função da equivalência patrimonial negativa das participações em Renova e Santo Antônio.

Dívida com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

- Redução de R\$313 milhões no saldo da Dívida com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures em função principalmente do maior pagamento de dívidas em relação as novas captações.

Comparação das demonstrações de resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Consolidado				
	2017	AV%	2016	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	7.787	100,00	6.808	100,00	14,38
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(383)	(4,92)	(379)	(5,57)	1,06
Participação dos Empregados no Resultado	(1)	(0,01)	(1)	(0,01)	-
Obrigações Pós-Emprego	59	0,76	(77)	(1,13)	-
Materiais	(14)	(0,18)	(13)	(0,19)	7,69
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(10)	(0,13)	-	-	-
Serviços de Terceiros (b)	(143)	(1,84)	(141)	(2,07)	1,42
Depreciação e Amortização	(158)	(2,03)	(183)	(2,69)	(13,66)
Provisões	(149)	(1,91)	(98)	(1,37)	52,04
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(350)	(4,49)	(318)	(4,67)	10,06
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(4.170)	(53,55)	(3.052)	(44,83)	36,63
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(24)	(0,31)	(54)	(0,79)	(55,56)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(126)	(1,62)	(78)	(1,20)	61,54
	(5.472)	(70,27)	(4.393)	(64,50)	24,56
Resultado de Equivalência Patrimonial	(519)	(6,66)	(448)	(6,58)	15,85
Ajuste referente a desvalorização em investimento	-	-	(762)	(11,19)	-
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	1.796	23,06	1.205	17,70	49,05
Receitas Financeiras	217	2,79	182	2,67	19,23
Despesas Financeiras	(1.164)	(14,95)	(1.324)	(19,45)	(12,08)
Resultado Antes dos Impostos	849	10,90	63	0,93	1.247,62
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(254)	(3,26)	(38)	(0,56)	568,42
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(166)	(2,13)	45	0,66	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	428	5,50	70	1,03	511,43

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Companhia apresentou um crescimento de 40,68% em 2017 na comparação com 2016, conforme segue:

	2017	2016	Var %
Lucro líquido do exercício	428	70	511,43
+ Despesa de IR e contribuição social correntes e diferidos	420	(7)	-
+ Resultado financeiro líquido	948	1.143	(17,06)
+ Amortização e depreciação	158	183	(13,66)
= Lajida	1.954	1.389	40,68

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$403 milhões, em comparação com R\$428 milhões em 31 de dezembro de 2016, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido consolidado gerado pelas atividades operacionais em 2017 totalizou R\$778 milhões e o caixa líquido consolidado consumido pelas atividades operacionais em 2016 totalizou R\$979 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao pagamento em 2016 da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R\$2.216 milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2017 totalizou R\$373 milhões e o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2016 totalizou R\$543 milhões. Essa variação deve-se, basicamente, ao resgate de títulos e valores mobiliários no montante de R\$1.453 milhões em 2016, utilizado, principalmente, para o pagamento da bonificação de outorga.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2017 totalizou R\$430 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R\$3.473 milhões de empréstimos e pagamento de R\$255 milhões de juros sobre o capital próprio, parcialmente compensados pela captação de R\$3.198 milhões de empréstimos.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou R\$580 milhões e foi composto pela captação de R\$3.382 milhões de empréstimos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.591 milhões de empréstimos e pagamento de R\$211 milhões de juros sobre o capital próprio.

10.2

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

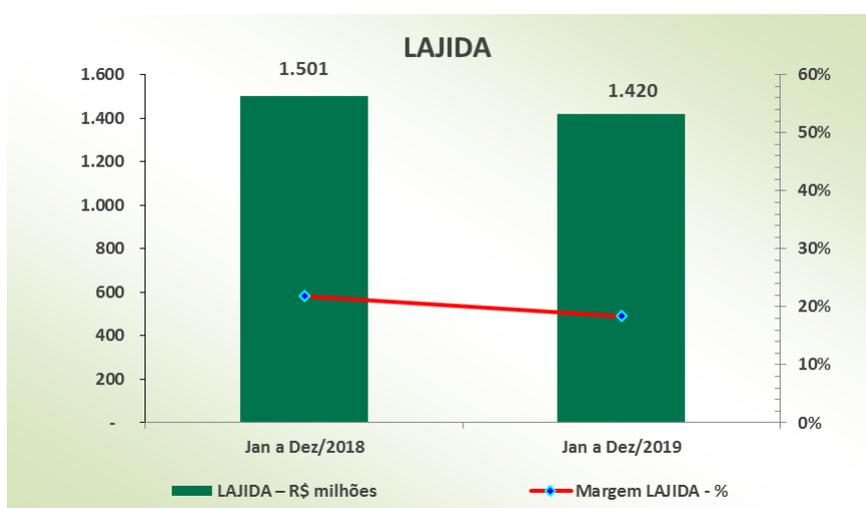
Lucro líquido do exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2019, lucro líquido de R\$835 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$591 milhões no exercício de 2018, um aumento de 41,29%. As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência destas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia alcançou o montante de R\$1.420 milhões em 2019, em comparação a R\$1.501 milhões em 2018, representando uma redução de 5,40%:

Lajida - R\$ milhões	2019	2018	Var %
Lucro líquido do exercício	835	591	41,29
+ Despesa de IR e contribuição social correntes e diferidos	603	385	56,62
+/- Resultado financeiro líquido	(234)	376	-
+ Depreciação e amortização	216	149	44,97
= Lajida	1.420	1.501	(5,40)



Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro

líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O Lajida observado no exercício de 2019 foi afetado positivamente, principalmente, pelo reconhecimento de receita no montante R\$414 milhões referente a ICMS sobre PIS/Pasep e Cofins, aumento da receita com transações com energia na CCEE, e reconhecimento de menor perda com resultado de equivalência patrimonial.

Com efeito negativo no Lajida observou-se um aumento de 25,09% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da depreciação e amortização. Essa variação decorreu principalmente de aumento nas provisões operacionais. Maiores detalhes nos itens específicos deste Comentário.

A margem do Lajida passou de 21,84% em 2018 para 18,38% em 2019.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2019			2018		
	MWh (2)	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh (2)	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	13.641.330	3.182	233,23	15.100.812	3.245	214,91
Comercial	4.352.948	891	204,76	3.190.021	708	221,94
Rural	3.215	1	262,48	1.343	0,3	246,46
Subtotal	17.997.493	4.074	226,34	18.292.176	3.953	216,13
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	16	-	-	1	-
	17.997.493	4.090	-	18.292.176	3.954	-
Suprim. Outras Concessionárias (3)	11.578.115	3.015	260,38	12.121.762	2.908	239,88
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(67)	-	-	(4)	-
	29.575.608	7.038	237,95	30.413.938	6.858	225,50

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.038 milhões em 2019 em comparação a R\$6.858 milhões em 2018, um aumento de 2,62%. Essa variação decorreu, essencialmente, da elevação no preço médio de 5,52% em função do reajuste nos preços dos contratos de venda de energia, sendo compensada parcialmente pela redução de 2,76% na quantidade de energia vendida.

Receita de concessão de transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$703 milhões em 2019 comparada a R\$589 milhões em 2018, representando um crescimento de 19,35%. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste pela inflação da RAP anual ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Companhia e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2019, os reajustes da RAP foram de 10,53%, incluindo a parcela referente aos novos investimentos, e 14,60%, para os contratos de concessão da Companhia e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Adicionalmente, a receita de transmissão é composta pelos encargos setoriais, sendo o mais significativo vinculado à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que apresentou crescimento de 53,59% em 2019 em comparação a 2018. Maiores detalhes nos itens específicos deste Comentário.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$155 milhões em 2019, comparada a R\$250 milhões em 2018, representando uma redução de 38,00%.

A Companhia calcula a atualização do saldo a receber da indenização a partir da aplicação do IPCA e do custo médio de capital regulatório sobre o saldo remanescente, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos acrescidos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de remuneração, reduzindo o montante remanescente da indenização e a remuneração sobre este saldo.

Em julho de 2019, a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME, teve um incremento de 14,32%. Além disso, a Aneel acatou o recurso à REH 2.408/2018 interposto pela Companhia reconhecendo o erro material no cálculo do custo anual dos ativos elétricos da RBSE, elevando esse incremento para 23,93%. Esse reajuste gera um aumento no montante da indenização a ser recebida durante o ciclo tarifário, ocasionando uma redução no saldo remanescente da indenização, e, conseqüentemente, uma redução da atualização incidente sobre este saldo.

Maiores informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$439 milhões em 2019, comparada a R\$185 milhões em 2018, representando um crescimento de 137,30%. Esta variação decorre, principalmente, da obtenção de maior sobra de energia em 2019 pela Companhia, que foi valorizada pelos Preços de Liquidação de Diferenças – PLDs definidos mensalmente. Apesar de o PLD médio anual ter sofrido uma redução de 21,30%, as sobras de energia ocorreram em 2019 nos meses que apresentaram PLDs elevados, aumentando a receita na CCEE nestes meses e a receita esperada no ano.

Receita de construção

A receita de construção foi de R\$220 milhões no exercício de 2019 comparada a R\$96 milhões em 2018, apresentando um aumento de 129,17%. Esta receita é integralmente compensada pelos

custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão de transmissão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.809 milhões em 2019 comparados a R\$1.610 milhões em 2018, apresentando um crescimento de 12,36%. As principais variações estão descritas a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE), cujos pagamentos são definidos por meio de Resolução da Aneel, tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda, carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$235 milhões em 2019 comparados a R\$153 milhões em 2018, uma variação de 53,59%. A TUST-CDE das transmissoras é homologada anualmente e juntamente com a aprovação do orçamento da CDE, cujo ciclo de vigência é o ano civil. A TUST-CDE que passou a vigorar a partir de janeiro de 2019 sofreu um aumento de 40,00%, devido ao crescimento da quota anual de 2019 em comparação a de 2018, que incorporou o aumento médio de 14,00% no custo unitário da CDE (Quota Anual/MWh) e o repasse da revisão do orçamento de 2018.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$6.437 milhões em 2019 em comparação a R\$5.122 milhões em 2018, representando um aumento de 25,67%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 27 destas Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.841 milhões em 2019, comparado a R\$3.853 milhões em 2018, representando uma redução de R\$12 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$113 milhões em 2019, comparada a R\$168 milhões em 2018, representando uma redução de 32,74%.

O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, da redução de 21,04% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD, que foi de R\$227,10/MWh, para 2019, e R\$288,57/MWh, para 2018.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$322 milhões em 2019 comparada a R\$332 milhões em 2018, representando uma redução de 3,01%. Essa variação é decorrente, principalmente, de menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$6 milhões em 2019 em comparação a R\$18 milhões em 2018.

Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$63 milhões em 2019 comparado a R\$17 milhões em 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Companhia, base de cálculo para o pagamento de participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$88 milhões em 2019 em comparação a uma despesa de R\$72 milhões em 2018, gerando um aumento de 22,22%. Essa variação decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, em razão da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018, aumentando as obrigações pós-emprego.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$220 milhões em 2019 em comparação a R\$96 milhões em 2018, um aumento de 129,17%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da entrada em execução, em 2019, da maioria dos projetos do Programa de Investimento vigente, frente ao menor desembolso em 2018, quando os empreendimentos estavam em fases iniciais.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$1.110 milhões em 2019 comparada a R\$117 milhões em 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) em 2019 no valor de R\$38 milhões na comparação de reversão de R\$5 milhões em 2018, em função, especialmente, da expectativa de perda na carteira de grandes consumidores livres. Mais detalhes na nota explicativa nº 8 – Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- Reconhecimento, em junho de 2019, de provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688 milhões, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Mais detalhes na nota explicativa nº 29 – Transações com partes relacionadas;
- Reconhecimento, de provisão de contingência tributária no montante de R\$284 milhões decorrente da reavaliação da probabilidade de perda de possível para provável do processo judicial relacionado às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PRL) pagas a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Provisões;
- Referidos aumentos foram parcialmente compensados pela redução de 40,74% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$64

milhões em 2019, em comparação a R\$108 milhões em 2018. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 30 – Instrumentos financeiros e gestão de risco.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$83 milhões em 2019 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$352 milhões em 2018, uma redução de 76,42%. Esta redução decorre, principalmente, de menores perdas com a investida Santo Antônio Energia. O resultado negativo com equivalência patrimonial de Santo Antônio Energia foi de R\$189 milhões em 2019 na comparação de R\$301 milhões em 2018.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 15 - Investimentos.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$234 milhões em 2019 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$376 milhões em 2018. As principais variações estão relacionadas a seguir:

- Ganho com operação de *hedge* contratada para proteção dos riscos de variação de moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$998 milhões, em 2019, em comparação a R\$893 milhões em 2018. Essa variação decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa futura de juros durante a vigência dos contratos, contribuindo para reduzir a ponta passiva (obrigação da Companhia), que é indexada ao Depósito Interfinanceiro (DI), e para o valor presente da marcação a mercado do instrumento financeiro. O aumento no valor justo da opção (*call spread*) também contribuiu para o ganho nas operações de *hedge*;
- Reconhecimento de uma receita financeira no montante de R\$240 milhões em 2019, decorrente da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, resultante do reconhecimento do direito da Companhia de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 10 – Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS.
- Redução da despesa financeira relacionada à variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, no montante de R\$234 milhões em 2019 comparados a R\$580 milhões em 2018, uma redução de 59,66%. Essa redução decorre da queda na variação da taxa de câmbio vigente no período, tendo sido de 4,02% em 2019 e 17,13% em 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 28 destas Demonstrações Financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2019, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$603 milhões em relação ao lucro de R\$1.438 milhões antes dos efeitos fiscais, representando

41,95% de alíquota efetiva. Em 2018, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$385 milhões em relação ao lucro de R\$976 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 39,45% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 11(d) das demonstrações financeiras.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Resultado do Exercício

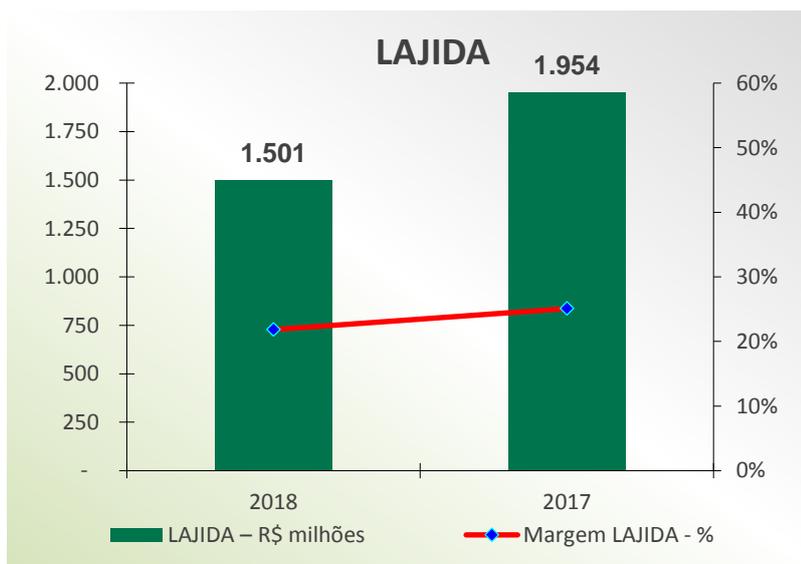
A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2018, um lucro líquido de R\$591 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$428 milhões no exercício de 2017. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais variações nas receitas e despesas serão discutidas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Companhia apresentou uma redução de 23,18% em 2018 em comparação com 2017, conforme segue:

R\$ milhões	2018	2017	Var %
Lucro líquido do exercício	591	428	38,08
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	385	420	(8,33)
+ Resultado Financeiro Líquido	376	948	(60,34)
+ Amortização e Depreciação	149	158	(5,70)
= Lajida	1.501	1.954	(24,62)



Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida

porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do Lajida em 2018, em comparação a 2017, deve-se, principalmente, à redução de 11,72% nas receitas operacionais em comparação à menor redução nas despesas operacionais, de 4,07%, excluindo as despesas de depreciação e amortização. A margem do Lajida passou de 25,09% em 2017 para 21,84% em 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2018			2017		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	15.100.812	3.245	214,91	14.486.304	3.358	231,81
Comercial	3.190.021	708	221,94	2.226.405	569	255,57
Rural	1.343	0,3	246,46	-	-	-
Subtotal	18.292.176	3.953	216,13	16.712.709	3.927	234,97
Fornec. Não faturado, líquido	-	1	-	-	18	-
	18.292.176	3.954	-	16.712.709	3.945	-
Suprim. Outras Concessionárias	12.121.762	2.908	239,88	12.841.006	3.244	252,63
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(4)	-	-	(53)	-
	30.413.938	6.858	-	29.553.715	7.136	-

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.858 milhões em 2018 em comparação a R\$7.136 milhões em 2017, representando uma redução de 3,90% decorrente, principalmente da redução de 8,02% no preço médio do MWh da energia faturada para consumidores finais, parcialmente compensado pelo aumento de 2,91% na quantidade de MWh comercializada.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$589 milhões em 2018 comparados a R\$519 milhões em 2017, representando crescimento de 13,49%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$250 milhões em 2018, comparado a R\$373 milhões em 2017, representando uma redução de 32,98%. Esta variação decorre, principalmente,

do valor de R\$149 milhões registrado em 2017, referente à receita registrada de forma retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não haviam sido incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores.

Adicionalmente, em julho de 2018 a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME sofreu um reajuste negativo de 23,2%.

A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$185 milhões em 2018 comparados a R\$651 milhões em de 2017, representando uma redução de 71,58%. Esta variação decorre da menor quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2018, sendo que em 2017, a Companhia reconheceu receitas referentes à energia disponível de Jaguará e Miranda. Adicionalmente, em 2018 houve uma redução de 10,98% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$288,57/MWh em 2018 e R\$324,17/MWh em 2017).

Receita de indenização da geração

Em 2018 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$55 milhões (R\$272 milhões em 2017) referente ao ajuste do saldo não amortizado dos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, que foi objeto de indenização, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas demonstrações financeiras.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.610 milhões em 2018 comparados a R\$1.552 milhões em 2017, apresentando uma crescimento de 3,74%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$153 milhões em 2018 comparados a R\$73 milhões em 2017.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$5.122 milhões em 2018 em comparação com R\$5.472 milhões em 2017, representando uma redução de 6,61%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 das demonstrações financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.853 milhões em 2018, comparados a R\$4.170 milhões em 2017, representando uma redução de 7,60%. Esta variação decorre da redução de 10,98% no preço médio do MWh (R\$288,57/MWh em 2018 e R\$324,17/MWh em 2017).

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$332 milhões em 2018 comparados a R\$383 milhões em 2017, representando uma redução de 13,32%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2018);
- Reajuste salarial de 4,00% a partir de novembro de 2018, em função de Acordo Coletivo;
- Redução de 9,32% no número médio de empregados, sendo 1.324 em 2018 em comparação a 1.460 em 2017.
- Menor custo com programas de desligamento voluntário, sendo R\$18 milhões em 2018 em comparação a R\$49 milhões em 2017.

Custo de construção

O custo de construção apresentou crescimento sendo R\$96 milhões em 2018 em comparação a R\$25 milhões em 2017. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$72 milhões em 2018 em comparação a uma reversão de despesa de R\$59 milhões em 2017.

O resultado positivo em 2017 foi decorrente de modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$142 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas demonstrações financeiras.

Provisões operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$117 milhões em 2018 comparados a R\$150 milhões em 2017, uma redução de 22,00% decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução da provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) que representou uma reversão líquida de R\$5 milhões em 2018, em comparação à constituição de R\$18 milhões em 2017. Em 2017 a Companhia reconheceu despesa de R\$15 milhões em função do risco de crédito de um grupo de cimenteiras;
- Redução de 6,09% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$108 milhões em 2018, em comparação à constituição de R\$115 milhões em 2017.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$352 milhões em 2018 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$519 milhões em 2017. As perdas verificadas nos resultados dos exercícios estão relacionadas basicamente aos investimentos em Renova e Santo Antônio Energia.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 14.

Ajuste referente à desvalorização em Investimentos

Em virtude de resultado de análise dos indicativos e realização do teste de *impairment*, a Companhia reconheceu provisão para perda de parte do valor residual da mais valia do investimento na Madeira Energia (Usina Santo Antônio), no montante de 127 milhões, de forma a limitar o seu saldo ao valor mínimo do excedente dos benefícios econômicos futuros decorrentes da utilização do ativo imobilizado líquido dessa investida em 31/12/2018.

Resultado de combinação de negócios

Em função do descruzamento das participações da Cemig e da Energimp nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”), a Cemig reconheceu uma receita de R\$80 milhões referente a diferença entre o valor justo e o valor contábil das participações originalmente detidas nas usinas de Parajuru e Volta do Rio.

Mais detalhes dessa operação, vide nota explicativa nº 14.

Receitas (despesas) financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$376 milhões em 2018 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$948 milhões em 2017, representando uma redução de 60,34%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 86,75% da receita de variação monetária sobre depósitos judiciais sendo R\$11 milhões em 2018 comparados a R\$83 milhões em 2017. Em 2017, a Companhia reconheceu receita de R\$83 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS (mais detalhes na nota explicativa nº 17);
- Reconhecimento, em 2018, de ganhos decorrentes da operação de hedge relacionada aos Eurobonds, no valor de R\$893 milhões, em comparação ao reconhecimento de perdas de R\$32 milhões em 2017. O ajuste a valor justo do hedge tem sido impactado positivamente por uma redução na variação esperada do dólar norte-americano. O ganho registrado deve ser analisado em conjunto com a despesa de variação cambial dos Eurobonds, conforme descrito a seguir neste relatório;
- Reconhecimento, em 2018, de receita financeira no montante de R\$77 milhões referente à atualização financeira da dívida da Energimp perante a Companhia, que tem origem no descumprimento do prazo de entrada em operação dos parques eólicos adquiridos em 2009. Mais informações na nota explicativa nº14;
- Aumento da receita de encargos de dívidas de pessoas ligadas que foram de R\$56 milhões em 2018 comparados a R\$13 milhões em 2017. Esta variação decorre, principalmente, em função da atualização financeira do contrato de mútuo entre a Cemig GT e Cemig (Controladora), celebrado em 2018;
- Despesa de variação cambial no valor de R\$579 milhões, em 2018, relacionada à captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds) em dezembro de 2017 e julho de 2018 nos montantes de US\$1 bilhão (R\$3,2 bilhões) e US\$500 milhões (R\$1,9 bilhão), respectivamente;
- Redução de 7,11% dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$849 milhões em 2018, comparados a R\$914 milhões em 2017. Este resultado decorre, principalmente, da menor variação do CDI, principal indexador da dívida, sendo 6,40% em 2018 em comparação a 9,93% em 2017, aliado à redução da dívida indexada ao CDI;
- Redução da despesa de atualização financeira dos adiantamentos de clientes sendo R\$8 milhões em 2018, comparados a R\$45 milhões em 2017, em função da redução do saldo adiantado em 2018.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2018 despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$385 milhões em relação ao lucro de R\$976 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 39,46% de alíquota efetiva. Em 2017, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$420 milhões em relação ao lucro de R\$849 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 49,50% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d das demonstrações financeiras.

Comparação dos resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2017, um lucro líquido de R\$428 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$70 milhões no exercício de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2017			2016		
	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$ (milhões)	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	14.486.304	3.358	231,81	15.494.833	3.468	223,83
Comercial	2.226.405	569	255,57	832.443	215	258,45
Subtotal	16.712.709	3.927	234,97	16.327.276	3.683	225,59
Fornec. Não faturado, líquido	-	18	-	-	(37)	-
	16.712.709	3.945	-	16.327.276	3.646	-
Suprim. Outras Concessionárias	12.841.006	3.244	252,63	12.601.237	2.671	211,96
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(54)	-	-	259	-
	29.553.715	7.136	-	28.928.513	6.576	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$7.136 milhões em 2017 em comparação a R\$6.576 milhões em 2016, representando um crescimento de 8,52% decorrente, principalmente, do aumento de 2,16% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento de 4,17% e 19,18% do preço médio do MWh faturado para consumidores finais e suprimentos a outras concessionárias, respectivamente.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$519 milhões em 2017 comparados a R\$410 milhões em 2016, representando crescimento de 26,59%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui adicionalmente ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões. Em 2017, os reajustes foram de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$651 milhões em 2017 comparados a R\$152 milhões em de 2016, representando um aumento de 328,29%. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 244,28% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$324,17/MWh em 2017 e R\$94,16/MWh em 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$373 milhões em 2017, comparado a R\$751 milhões em 2016. Em 2016, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor adicional registrado em 2017, no montante de R\$149 milhões, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Mais informações na nota explicativa nº 13 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Indenização da Geração

Em 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$272 milhões referente ao ajuste do saldo não amortizado referente aos projetos básicos das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, a ser indenizado conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.552 milhões em 2017 comparados a R\$1.472 milhões em 2016, apresentando crescimento de 5,43%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$5.472 milhões em 2017 em comparação com R\$4.393 milhões em 2016, representando um aumento de 24,56%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.170 milhões em 2017 comparados a R\$3.052 milhões em 2016, representando um aumento de 36,63%. Esta variação decorre do aumento de 19,41% no volume de energia comprada em 2017 (22.690.422 MWh)

comparado a 2016 (19.002.578 MWh), além do aumento de 14,43% no preço médio do MWh (R\$183,79 em 2017 e R\$160,62 em 2016).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$383 milhões em 2017 comparados a R\$379 milhões em 2016, representando um aumento de 1,06%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo (efeito integral em 2017);
- Reconhecimento, em 2017 e 2016, de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal, nos montantes de R\$49 milhões e R\$23 milhões, respectivamente.
- Reajuste salarial de 1,83% a partir de novembro de 2017, em função de Acordo Coletivo.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 11,03% no número médio de empregados, sendo 1.460 em 2017 em comparação a 1.641 em 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 53,70%, sendo R\$25 milhões em 2017 em comparação a R\$54 milhões em 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Obrigações Pós-Emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma reversão de despesa no montante de R\$59 milhões em 2017 em comparação a uma despesa de R\$77 milhões em 2016.

Este resultado decorre das modificações no seguro de vida, que implicaram na redução do capital segurado dos aposentados em 20% a cada 5 anos, a partir de 60 anos, até o mínimo de 20%, representando uma redução de R\$142 milhões nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida ao resultado. Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas Demonstrações Financeiras.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$150 milhões em 2017 comparados a R\$98 milhões em 2016, crescimento de 53,06%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, em 2017 representou um montante de R\$115 milhões em comparação ao valor de R\$49 milhões em 2016.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$519 milhões em 2017 na comparação com R\$448 milhões em 2017. As perdas referem-se principalmente as participações

na Renova em 2017 de R\$390 milhões (R\$373 milhões em 2016) e na Madeira Energia de R\$204 milhões em 2017 (R\$135 milhões em 2016).

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova.

Mais informações na nota explicativa nº 14.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$948 milhões em 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$1.143 milhões em 2016, uma redução de 17,06%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$62 milhões em 2017 comparado a R\$81 milhões em 2016, redução de 23,46%. Esta variação decorre, principalmente, da menor variação do CDI (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016), principal indexador de remuneração das aplicações;
- Aumento da variação monetária de depósitos vinculados: R\$83 milhões em 2017 comparado a R\$11 milhões em 2016. Em 2017, a Companhia reconheceu uma receita de R\$82 milhões, em função da reversão da provisão referente ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo de PASEP/COFINS (mais detalhes na nota explicativa nº 18);
- Redução da despesa com variação monetária – Empréstimos e Financiamentos: R\$37 milhões em 2017 comparados a R\$76 milhões em 2016, redução de 51,32% em função, principalmente, da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 2,95% em 2017, em comparação à variação de 6,29% em 2016;
- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$914 milhões em 2017, comparado a R\$1.128 milhões em 2016, uma redução de 18,97%, decorrente, principalmente, da menor variação do indexador no ano (9,93% em 2017 e 14,06% em 2016);
- Despesa de variação cambial de empréstimos e financiamentos: Em 2017 a Companhia reconheceu despesa no montante de R\$57 milhões basicamente em função da captação de recursos indexados ao dólar (Eurobonds);
- Despesa de variação monetária de venda antecipada de energia: Em 2017 a Companhia reconheceu despesa de variação monetária no montante de R\$45 milhões referente aos contratos de antecipação de venda de energia firmados durante o exercício.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2017 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$420 milhões em relação ao Resultado de R\$849 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 49,47% de alíquota efetiva. Em 2016, a Companhia apurou créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7 milhões em relação ao Resultado de R\$63 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 11,05% de alíquota efetiva.

10.3

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2019.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2019:

Alteração no controle da Renova

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo 7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social dessa companhia, pelo valor de R\$1,00. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a Companhia não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando assim a sua participação acionária direta na Renova.

Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação da KPMG CORPORATE FINANCE para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019 a Renova protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial, cuja aprovação deve ocorrer na Assembleia Geral de Credores em prazo que não exceda 180 dias contados da data da publicação do deferimento do processo de recuperação judicial.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Cemig (controladora da Cemig GT) empréstimo do tipo “*debtor-in-possession*” (“DIP”), no qual a Cemig tem prioridade no recebimento de empréstimo concedido, no montante total de R\$36.500, sendo de R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, nas datas de 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Os recursos desses empréstimos, na modalidade de mútuo pós concursal, ou seja, durante o processo de Recuperação Judicial, são necessários para

suportar as despesas de manutenção das atividades da Renova foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. Adicionalmente em 25 de outubro de 2019, a Companhia concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000.

A Companhia, suportada na opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que o a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2018:

Em 14 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da CEMIG aprovou a transferência para a CEMIG GT, das seguintes subsidiárias integrais de geração e comercialização: Sá Carvalho S.A., Horizontes Energia S.A., Rosal Energia S.A., Cemig PCH S.A., Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., Usina Termelétrica do Barreiro S.A., Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. e Cemig Trading S.A.

Em 20 de dezembro de 2018, foi celebrado o Termo de Conclusão do Descruzamento de Ativos e Outras Avenças, por meio do qual efetivou-se o descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela CEMIG GT e pela Energimp S.A. (“Energimp”) nas empresas Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”), Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) e Central Eólica Praia de Morgado S.A. (“Morgado”), bem como a extinção da parceria societária entre as Partes.

Aumento de capital na Madeira Energia S.A.

Em 28 de agosto de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado um aumento de capital na MESA de até R\$972.512. No mesmo ato, os acionistas Furnas Centrais Elétricas S.A., Odebrecht Energia do Brasil S.A. e Caixa Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia subscreveram e integralizaram os créditos que detinham contra a MESA, no montante de R\$754.669, remanescendo um capital a subscrever de R\$217.843 relativo ao direito de subscrição da Cemig GT e de sua coligada indireta SAAG Investimento S.A..

Em 02 de outubro de 2018, em razão da Cemig GT e da SAAG não terem exercido o seu direito de subscrição no aumento de capital mencionado, a acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. subscreveu e integralizou parcialmente as sobras verificadas, no montante de R\$85.000. Na mesma data, o Conselho de Administração da MESA homologou parcialmente o aumento de capital aprovado em 28 de agosto de 2018, no valor de R\$839.670, alterando o capital social da MESA para R\$10.386.341. As participações direta e indireta da Cemig GT passaram a ser, assim, de 8,44% e 6,86%, respectivamente. O total dos recursos aportados foi totalmente destinado à integralização na Santo Antônio Energia S.A.

Foi aprovado novo aumento de capital na MESA em AGE realizada em 03 de outubro de 2018, de até R\$300.000. Na mesma data, a Cemig GT, a SAAG e Furnas Centrais Elétricas S.A.

subscreveram ações no valor de R\$25.320, R\$26.068 e R\$124.620, respectivamente, que foram integralizadas até 05 de outubro de 2018. Após a homologação desse aumento, o capital social da MESA passou a ser de R\$10.562.350 e as participações direta e indireta da Companhia foram alteradas para 8,63% e 7,05%, respectivamente.

Em AGE realizada em 29 de novembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital na MESA de até R\$ 130.000. Os Acionistas Furnas e SAAG subscreveram e integralizaram os valores de R\$55.198 e R\$2.238, respectivamente até 21 de dezembro de 2018. A Companhia não exerceu o seu direito de preferência no aumento de capital aprovado, cujo prazo encerrou-se no dia 29 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da MESA, totalmente integralizado, era de R\$ 10.619.786 sendo as participações direta e indireta da Cemig GT de 8,54% e 6,97%, respectivamente.

A seguir, descrevem-se certas atividades relacionadas às subsidiárias, controladas em conjunto e associadas em 2017:

Em 3 de julho de 2017, a Renova Energia S.A. anunciou o fechamento das transações entre a Renova Energia S.A. e a Brookfield Asset Management referentes ao Contrato de Compra e Venda das Ações que a Renova detinha na empresa americana TerraForm Global Inc. O preço total de aquisição das ações foi de US\$ 92,8 milhões.

Em 3 de agosto de 2017, a Renova Energia S.A. concluiu a venda para a AES Tietê Energia da totalidade das ações da Nova Energia Holding S.A., detentora, por meio da Renova Eólica Participações S.A., do Complexo Eólico Alto Sertão II. O valor base da transação foi de R\$ 600 milhões e a AES Tietê assumiu também a dívida do Complexo Eólico Alto Sertão II no valor de R\$ 1.150 milhões.

Em 24 de novembro de 2017, a Renova Energia S.A. concluiu a venda do Complexo Eólico Umburanas para Engie Brasil Energia S.A. O valor da transação é de R\$ 16.937.854,20.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à CEMIG.

10.4

(a) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis:

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentaram as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas avaliaram detalhadamente os impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2), identificando os seguintes contratos que contém arrendamentos:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

01/01/2019	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	61.202	59.545
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(61.202)	(59.545)

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere à expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Pronunciamentos técnicos revisados com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2019

- IAS 28/CPC 18: aplicação da IFRS 9/CPC 48 à mensuração de outros instrumentos financeiros em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, para os quais o método da equivalência patrimonial não é aplicável, bem como prescreve as regras de transição relacionadas à adoção inicial;
- IAS 12/CPC 32: estabelece as regras para reconhecimento dos efeitos tributários sobre o rendimentos dos dividendos distribuíveis. Essa alteração não impacta as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo em vista a legislação tributária brasileira aplicável a suas transações.
- IAS 19/CPC 33: altera o momento da remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido para quando ocorre a determinação do custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, utilizando-se de valor justo dos ativos do plano e premissas atuariais que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano, antes e após a alteração, redução ou liquidação do plano, bem como a utilização da taxa de desconto e do valor do passivo (ativo líquido) após a alteração, redução ou liquidação do plano na determinação dos juros líquidos pelo restante do período de relatório anual. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o exercício.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das demais alterações realizadas em 2019.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida à medida em que uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A entidade deve reconhecer a receita somente quando for provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia e suas controladas avaliaram os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método retrospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, e o impacto em função da adoção da norma refere-se à alteração na classificação dos ativos vinculados à infraestrutura de transmissão. Considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão, os ativos vinculados à infraestrutura de transmissão, que até o exercício de 2017 eram reconhecidos como ativos financeiros, passaram a ser reconhecidos a partir de 2018 como ativo de contrato.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas na realização dos créditos, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. Este modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos de contrato.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber. Essa alteração trazida pela norma não surtiu efeitos para a Companhia e suas controladas.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47/IFRS 15; (ii) Edição do CPC 48/IFRS 9; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10/IFRS 2; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28/IAS 40; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão

As alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 e IFRS9/CPC 48 impactaram o segmento de transmissão na classificação e mensuração de seus ativos, já que estão sob o alcance da IFRIC 12/ICPC 01. Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato com o cliente, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia, no segmento de transmissão, concluiu que possui um único contrato com cliente (concessão da linha de transmissão) com as seguintes obrigações de desempenho identificadas: (i) construir; (ii) operar e manter; e (iii) financiar o poder concedente. Desta forma, com base nas características contratuais, a Companhia classificou o ativo como contratual uma vez que, para sua realização, os fluxos financeiros são influenciados por fatores de desempenho operacional bem como de condições futuras decorrentes de procedimentos de revisões tarifárias periódicas, não sendo estes ativos recebíveis apenas pela passagem do tempo, condição precedente para classificação sua classificação como ativo financeiro de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

Por se tratar de contratos com clientes de longo prazo, a Companhia identificou que existe componente de financiamento significativo que é considerado para o cálculo do financiamento ao Poder Concedente.

(b) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

2019

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) nos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2019 e nas demonstrações de resultados individual e consolidada do exercício findo naquela data:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
Ativo circulante	3.244.401	-	3.244.401	2.544.436	-	2.544.436
Ativo não circulante	14.365.667	52.984	14.418.651	14.643.270	51.581	14.694.851
Operações de arrendamento mercantil – direito de uso	-	52.984	52.984	-	51.581	51.581
Outros ativos não circulantes	14.365.667	-	14.365.667	14.643.270	-	14.643.270
Passivo circulante	2.758.788	16.724	2.775.512	2.382.692	16.097	2.398.789
Operações de arrendamento mercantil – obrigações	-	16.724	16.724	-	16.097	16.097
Outros passivos circulantes	2.758.788	-	2.758.788	2.382.692	-	2.382.692
Passivo não circulante	9.712.313	39.026	9.751.339	9.666.109	38.188	9.704.297
Operações de arrendamento mercantil – obrigações	-	38.335	38.335	-	37.502	37.502
Imposto de renda e contribuição social diferidos	402.417	691	403.108	381.874	686	382.560
Outros passivos não circulantes	9.309.896	-	9.309.896	9.284.235	-	9.284.235
Patrimônio líquido	5.138.967	(2.766)	5.136.201	5.138.905	(2.704)	5.136.201

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Controladora			2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)
	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 sem adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16/CPC 06 (R2)	2019 com adoção IFRS 16/CPC 06 (R2)	
Receitas Líquida	7.723.720	-	7.723.720	6.689.274	-	6.689.274	6.689.274
Resultados e despesas operacionais							
Resultado de equivalência patrimonial	(82.668)	-	(82.668)	503.008	-	503.008	503.008
Ajuste referente à desvalorização de investimentos	(6.441.643)	-	5.093	(6.436.550)	-	4.996.884	(6.119.894)
Resultados financeiros operacionais							
Resultado financeiro, líquido	241.118	(7.168)	233.950	213.954	(7.014)	206.940	503.008
Imposto de renda e contribuição social	(602.683)	(691)	(603.374)	(421.880)	(21.684)	(422.566)	(21.684)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	837.844	(2.766)	835.078	837.782	(2.704)	835.078	206.940
Imposto de renda e contribuição social	(602.683)	(691)	(603.374)	(421.880)	(686)	(422.566)	(422.566)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	837.844	(2.766)	835.078	837.782	(2.704)	835.078	835.078

IFRS 15/CPC 47 (Receita de contratos com clientes)

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção da IFRS 15/CPC 47 no balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorrendo impacto na demonstração do resultado do exercício na mesma data:

Balanço Patrimonial - Consolidado	2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	2.537.306	-	2.537.306
Ativo financeiro da concessão	554.462	(130.951)	423.511
Ativos de contrato		130.951	130.951
Outros ativos circulantes	1.982.844	-	1.982.844
Ativo não circulante	14.414.774	-	14.414.774
Ativo financeiro da concessão	5.096.294	(998.359)	4.097.935
Ativos de contrato	-	998.359	998.359
Outros ativos não circulantes	9.318.480	-	9.318.480
Passivo circulante	2.292.417	-	2.292.417
Passivo não circulante	9.679.527	-	9.679.527
Patrimônio líquido	4.980.136	-	4.980.136

Balço Patrimonial - Controladora	2018 sem adoção do IFRS 15/CPC 47	Ajuste IFRS 15/CPC 47	2018 com adoção do IFRS 15/CPC 47
Ativo circulante	1.894.128	-	1.894.128
Ativo financeiro da concessão	311.946	(130.951)	180.995
Ativos de contrato	-	130.951	130.951
Outros ativos circulantes	1.582.182	-	1.582.182
Ativo não circulante	14.677.633	-	14.677.633
Ativo financeiro da concessão	2.929.880	(998.359)	1.931.521
Ativos de contrato	-	998.359	998.359
Outros ativos não circulantes	11.747.753	-	11.747.753
Passivo circulante	2.109.977	-	2.109.977
Passivo não circulante	9.481.648	-	9.481.648
Patrimônio líquido	4.980.136	-	4.980.136

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia e suas controladas passaram a reclassificá-las de acordo com a norma atual, conforme abaixo:

Consolidado	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (1)	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (2)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (2)	Mantidos para negociação	Valor justo resultado
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fundos Vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Adiantamentos a Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valores a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos Vinculados a Litígios	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Indenizações a Receber – Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Indenizações a Receber – Geração	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros Créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	Custo amortizado	Custo amortizado
Concessões a Pagar	Custo amortizado	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Adiantamento de Clientes	Custo amortizado	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	Valor justo resultado	Valor justo resultado
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	Valor justo resultado	Valor justo resultado

A Companhia e suas controladas adotaram a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

Os impactos da adoção da IFRS 15/CPC 47 e IFRS 9/CPC 48 estão refletidos nos parágrafos acima. Com relação às alterações introduzidas por esses pronunciamentos no IFRIC 12/ICPC 01 (R1), destacamos abaixo os reflexos no reconhecimento dos ativos das controladas de transmissão.

A Companhia e suas controladas não identificaram impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos. Os impactos relativos à mensuração dos ativos de contrato estão descritos na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras da Companhia.

13.ATIVOS DE CONTRATO

Os saldos dos ativos de contrato são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos				
Transmissão – Ativos remunerados por	492.405	-	492.405	-
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	636.905	-	636.905	-
	1.129.310	-	1.129.310	-
Circulante	130.951	-	130.951	-
Não Circulante	998.359	-	998.359	-

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	-
Efeitos da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15	1.092.271
Adições	95.712
Atualização financeira	88.421
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	12.934
Recebimentos	(161.527)
Transferências para o Imobilizado	1.499
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310

Atividade de Transmissão

De acordo com a IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com o cliente, os ativos vinculados a infraestrutura de concessão de transmissão foram classificados como ativos contratuais a partir de 1º de janeiro de 2018, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela disponibilidade das linhas de transmissão, como segue:

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP

O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018 (R\$544.471 em 31 de dezembro de 2017, antes classificado como ativo financeiro) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo a receber é de R\$636.905 (R\$547.800 em 31 de dezembro de 2017, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a ser registrada como um ativo de contrato, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

(c) Ressalvas e Ênfases Presentes no Parecer do Auditor:

Ressalvas:

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2019, 2018 e 2017.

Ênfase:

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2018, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses outros acionistas. Os órgãos de Governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2018, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 14, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2017, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimentos direto e indireto na Madeira Energia S.A. e na Renova Energia S.A., bem como investimento indireto na Norte Energia S.A. (em conjunto denominadas “investidas não controladas”), que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Atualmente, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas nestas investidas não controladas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos desses acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade da investida não controlada Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 14 às demonstrações financeiras, a investida não controlada Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia

10.5

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

10.6

- a) **Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
- i. **Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;**
 - ii. **Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;**
 - iii. **Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**
 - iv. **Contratos de construção não terminada;**
 - v. **Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos relacionados a compra de energia e arrendamentos operacionais.

Os valores informados pela Companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresenta condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em Diante	Total
Compra de Energia	3.618.849	3.347.187	3.808.010	3.679.343	3.912.612	35.082.452	53.448.453

Opções de venda

Adicionalmente, foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), os Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Estas Opções de Venda foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizadas pelo seu valor justo através dos resultados.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$482.841 em 31 de dezembro de 2019 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	107.555
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	63.693
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras, que não tenham sido informados anteriormente.

10.7

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6 deste Formulário de Referência, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso das Opções de Venda, o efeito seria a aquisição dos ativos relacionados à opção de venda oferecida aos demais acionistas da SAAG, empresa que tem participação na usina de Santo Antônio.

- b) Natureza e o propósito da operação**

Para uma descrição sobre a natureza e propósito de cada operação, vide item “10.6” deste Formulário de Referência.

- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Para uma descrição do montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas Demonstrações Financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.9

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017 foram comentados e identificados nos itens anteriores esta seção.

Anexo 5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei nº11.101/05 o Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas que tramita perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 31 de dezembro de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns dos outros acionistas dessas investidas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora, das investidas e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os julgamentos relevantes e complexidade inerentes a estes processos de investigação.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações em andamento, que inclui também a análise do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes; (ii) avaliação do relatório emitido em 20 de fevereiro de 2020 por empresa especializada contratada pela Companhia para investigação de tais alegações; (iii) entendimento e acompanhamento das principais ações da Administração e dos órgãos de governança em relação a tais alegações. As interações ocorreram com o Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, membros do Comitê Especial de Investigação e membros da Administração, bem como a área de “Compliance” da Companhia; (iv) acompanhamento das atualizações destas investigações, desde a emissão do relatório da empresa especializada, conforme mencionado no item (ii); (v) execução de procedimentos voltados para a identificação e teste documental de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos especialistas forenses para realizar procedimento de *shadow investigation* e avaliar se a investigação foi conduzida de acordo com as melhores práticas aplicáveis; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos de investigação interna, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os procedimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de determinados investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Conforme divulgado na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possuem investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 4.041.565 mil e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia e de suas controladas nessa investidas. Em 2019, como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização dos investimentos diretos e indiretos que possuem na Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., Renova Energia S.A. e Guanhães Energia S.A. e, conseqüentemente, procedeu com a análise e determinação do seu valor recuperável, reconhecendo eventuais perdas, quando aplicável.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela Administração, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas

relacionadas a atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para identificação de indicativos de *impairment* dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de *valuation* para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas reconheceram em 2019 créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$ 653.364 mil decorrentes do trânsito em julgado da Ação Ordinária movida pela Companhia e determinadas controladas, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas a excluir, o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, a partir de julho de 2003.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade do tema, a necessidade de julgamento por parte da Administração, o grande volume de documentação analisada e a existência de divergências entre as decisões judiciais e o posicionamento da Receita Federal quanto à metodologia de cálculo dos créditos em questão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela Administração para determinar o valor dos créditos a serem reconhecidos e a sua expectativa de realização, incluindo os controles sobre a revisão pela Administração das premissas significativas subjacentes à determinação dos valores a serem restituídos aos consumidores; (ii) testes de integridade e acurácia das informações utilizadas pela Companhia e suas controladas; (iii) confronto das bases de cálculo dos créditos levantados com controles auxiliares, registros contábeis e

documentos fiscais; (iv) reprocessamento dos cálculos de atualização financeira; (v) envolvimento dos nossos especialistas de tributos na análise da decisão judicial favorável à Companhia e controladas, das conclusões e embasamentos legais apresentados nos pareceres dos seus assessores legais, assim como para nos auxiliar na avaliação das bases de cálculo, documentação suporte, análise de realização e atualização dos créditos reconhecidos; e (vi) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins reconhecidos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios para determinar o valor dos créditos em questão adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Anexo 6

ICVM 481/09

Art. 14. Sempre que a assembleia geral dos acionistas for convocada para deliberar sobre aumento de capital, a companhia deve fornecer aos investidores, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 14 à presente Instrução.

AUMENTO DE CAPITAL

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

Aumento do capital social em R\$1.400.000 mil, com o novo capital de R\$4.000.000 mil.

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

Aumento proveniente de capitalização da reserva de lucros.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

a) O capital social pode ser aumentado por deliberação da assembleia geral extraordinária convocada para decidir sobre reforma do estatuto social, conforme disposto no artigo 166 da Lei 6.404/1976;

b) o artigo 199 da Lei 6.404/1976 e suas posteriores alterações estabelece que o saldo das Reservas de Lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos;

c) o atual Capital Social da Companhia é de R\$ R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais), representado por 2.896.785.358 (dois bilhões, oitocentos e noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentas e cinquenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;

d) a Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig é a única acionista da Cemig GT;

e) em 31-12-2019, as reservas de lucro da Cemig GT excederam o Capital Social em R\$113.360 mil;

f) um aumento do capital social da Cemig GT de R\$2.600.000 mil para R\$4.000.000 mil, por meio da incorporação R\$1.400.000 mil do saldo das reservas de lucros teria como consequência um novo saldo de reservas de lucros, não considerando as reservas de incentivos fiscais, de R\$1.313.360 mil, inferior em R\$2.686.640 mil ao novo saldo do capital social proposto, atendendo ao requisito previsto no artigo 199 da Lei 6.404/1976.

Impactos econômicos e jurídicos: Não há

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

PARECER DO CONSELHO FISCAL

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não aplicável

a. Descrever a destinação dos recursos

b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

d. Informar se a subscrição será pública ou particular

e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos

f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública

g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital

h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento

i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha

j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado

k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão

l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:

i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos

ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos

iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses

iv. Cotação média nos últimos 90 dias

m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos

- n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão
 - o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas
 - p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito
 - q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras
 - r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital
 - s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens
 - i. Apresentar descrição completa dos bens
 - ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social
 - iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível
6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas
- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas
Não aplicável. Ações sem valor nominal e sem emissão de novas ações.
 - b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal
Sem emissão de novas ações.
 - c. Em caso de distribuição de novas ações
Não aplicável. Sem emissão de novas ações.
 - i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe
 - ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações
 - iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas
 - iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995
 - v. Informar o tratamento das frações, se for o caso
 - d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976
Não aplicável. Companhia possui acionista único.

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição

Não aplicável.

8. O disposto nos itens 1 a 7 deste Anexo não se aplica aos aumentos de capital decorrentes de plano de opção, caso em que o emissor deve informar:

Não aplicável.

a. data da assembleia geral de acionistas em que o plano de opção foi aprovado

b. valor do aumento de capital e do novo capital social

c. número de ações emitidas de cada espécie e classe

d. preço de emissão das novas ações

e. cotação de cada uma das espécies e classes de ações do emissor nos mercados em que são negociadas, identificando:

i. cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos

ii. cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos

iii. cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses

iv. cotação média nos últimos 90 dias

f. percentual de diluição potencial resultante da emissão

Não aplicável.

Anexo 7

ICVM 481/09 – Artigo 10 – Candidatos ao Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MEMBROS
Márcio Luiz Simões Utsch
Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira
Cledorvino Belini
José Reinaldo Magalhaes
Afonso Henriques Moreira Santos
José João Abdalla Filho
Marcelo Gasparino da Silva
Paulo Cesar de Souza e Silva
(representante dos empregados)

12.5	Paulo Cesar de Souza e Silva	
a. nome		
b. data nascimento		08/10/1955
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		032.220.118-77
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Embraer de outubro/1997 a maio/2019.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Márcio Luiz Simões Utsch	
a. nome		
b. data nascimento		09/02/1959
c. profissão		Advogado
d. CPF ou passaporte		220.418.776-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		900219
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.		Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG desde 25 de março de 2019; Presidente (CEO) Alpargatas S/A de 27 de outubro de 1997 a 31 de dezembro de 2018.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		Conselheiro da HapVida; Conselheiro do Martins; Conselheiro da Centauro; Prestação de serviços para Bauducco, Grupo Mantiqueira, Santher.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Marcelo Gasparino Da Silva
a. nome	
b. data nascimento	13/02/1971
c. profissão	Advogado
d. CPF ou passaporte	807.383.469-34
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Número Pessoal	900165
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Presidente de Conselho de Administração e membro de Conselhos de Administração e Fiscal, coordenador e membro de comitês de finanças, auditoria, riscos, jurídico, compliance e partes relacionadas em companhias abertas. Advogado Especialista em Administração Tributária Empresarial pela ESAG e MBA em Controladoria, Auditoria e Finanças (cursando). É Presidente do Conselho de Administração da ETERNIT, Conselheiro de Administração da AES ELETROPAULO, CEMIG e KEPLER WEBER, e membro suplente do Conselho Fiscal da PETROBRAS. Foi Presidente do Conselho de Administração da Usiminas e membro dos Conselhos de Administração da Bradespar, Battistella, Celesc, Eletrobras, Tecnisa e SC Gás e Vale, além da própria Usiminas. Foi Conselheiro Fiscal da Bradespar, AES Eletropaulo, AES Tietê, Eletrobras e da Renuka Brasil. É Presidente do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Auditoria da Eletropaulo, e membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos da CEMIG . Foi Coordenador do Comitê Jurídico e Coinpliance da ETERNIT. Foi sócio-fundador e Presidente do Conselho Consultivo do escritório Gasparino, Sachet, Roman, Barros & Marchiori Advogados, onde atuou como advogado até 2006. Iniciou sua carreira executiva como Diretor Jurídico-Institucional da CELESC em 2007. Participa do Programa</p> <p>CEO FGV 2016 (IBE/FGV/IDE). Cursou do Programa Executivo sobre Fusões e Aquisições pela London Business School e de cursos específicos nas áreas financeira e estratégica no IOD - Institute of Directors, em Londres. É co-fundador e Coordenador do Capítulo Santa Catarina, Conselheiro de Administração Certificado e compõe o Banco de Conselheiros do IBGC. É membro da Comissão Técnica da AMEC, com sólida formação em Governança Corporativa e experiência em conselhos de administração e fiscal contribuiu para o IBGC e para a AMEC na construção do Código Brasileiro de Governança Corporativa - CBGC e, a partir do seu lançamento o inseriu como instrumento de trabalho em todas as companhias que está atuando, em especial o modelo "APLIQUE OU EXPLIQUE", sistema que reconhece a prática da governança corporativa é uma jornada e não deve se traduzir em um modelo rígido de regramento aplicável igualmente a todas as companhias. Com passagens em companhias dos setores de geração, transmissão e distribuição de energia, distribuição de gás natural, mineração, siderúrgico e transformação do aço, portuário, indústria de base, construção civil, materiais e acabamentos da construção civil, distribuição de veículos e holding adquiriu conhecimentos na indústria, no comércio e nos serviços, skills que permitem contribuir construtivamente nas mais diversas matérias e estratégias que são tratadas nos conselhos que participa, tais como turn around, estrutura de</p>

	capital, merger & acquisitions, venda de ativos non core, reestruturação financeira de companhias em crise, sucessão de executivos, dentre outros. Participou do profundo processo de conscientização da importância da presença de membros independentes eleitos por acionistas minoritários ocorrida nos últimos 7 anos. As falhas de governança corporativa que reinavam nas companhias de controle estatal, somado aos problemas de corrupção que se disseminaram na Petrobras e Eletrobras, dentre outras, afetaram negativamente o mercado de capitais brasileiro, obrigando-nos a repensar as atuais regras de governança e criando regras muito mais rígidas e punições muito mais severas.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	Presidente do Conselho de Administração da Eternit S.A; Conselheiro Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Jose Reinaldo Magalhães	
a. nome		
b. data nascimento		06/01/1956
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		227.177.906-59
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		900218
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais desde 25 de março de 2019; Membro do Conselho de Administração da Jereissati Participações S.A. desde abril/2017.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro de Administração - Jereissati Participações S.A. – Setor Shopping Center	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	José João Abdalla Filho
a. nome	
b. data nascimento	30/05/1945
c. profissão	Economista
d. CPF ou passaporte	245.730.788-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. membro independente / critério	Sim – IBGC/DJSI
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Número Pessoal	900139
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde 25 de março de 2019;</p> <p>Diretor Presidente do Banco Clássico S.A. desde 1989;</p> <p>Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG;</p> <p>Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A desde 2006.;</p> <p>Diretor-Presidente da J Jupem S.A. Participações e Empreendimentos desde 1995;</p> <p>Diretor-Presidente da Socal S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial desde 1982.</p>
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.	<p>Banco Clássico S.A. – Presidente;</p> <p>Dinâmica Energia S.A. – Presidente;</p> <p>Jupem S.A. Participações e Empreendimentos – Presidente;</p> <p>Navegação Porto Morrinho S.A. – NPM – Presidente;</p> <p>Agro Imobiliária Primavera S.A – Presidente;</p> <p>Socal S.A. Min. Int. Coml. Industrial – Presidente;</p> <p>CEG – Cia. Distribuidora de Gás do RJ – Suplente do Conselho de Administração</p> <p>TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.</p>
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	Não
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Cledorvino Belini	
a. nome		
b. data nascimento		03/05/1949
c. profissão		Administrador
d. CPF ou passaporte		116050068-15
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Não
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal	900221	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG desde janeiro/2020; Diretor-Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG de 08 de fevereiro/2019 a janeiro/2020; Presidente de Desenvolvimento da FCA - Fiat Chrysler Automobiles para a América Latina, de novembro/2015 a junho/2017; Conselheiro independente na JBS pelo G15 desde outubro/2017; Conselheiro independente da Odebrecht Holding, desde agosto/2018; Presidente da Fiat Automóveis - FCA para a América Latina, de 2004 a 2015.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Presidente do Minas Pela Paz; Conselheiro FEBAC	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários²⁵, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p></p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Sim. Fui Presidente da CEMIG.</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Antônio Rodrigues dos Santos e Junqueira	
a. nome		
b. data nascimento		26/07/1983
c. profissão		Administrador
d. CPF ou passaporte		093.966.667-77
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Conselheiro de Administração
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		Sim – IBGC/Dow Jones
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		900217
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG desde 25 de março de 2019; Diretor-Executivo e sócio do Banco BTG Pactual de janeiro/2013 a abril/2018.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Conselheiro de Administração da Light S.A.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Afonso Henriques Moreira Santos	
a. nome		
b. data nascimento		01/04/1957
c. profissão		Engenheiro Eletricista
d. CPF ou passaporte		271.628.506-34
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro de Administração
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		0
m. Número Pessoal		
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Professor (aposentou-se como professor titular) da Universidade Federal de Itajubá de 02/01/1980 a 31/03/2016; Sócio/engenheiro (consultoria e projeto) da iX Estudos e Projetos Ltda. de 30/10/2007 a 30/04/2019; Conselheiro Light S.A/Conselho de Administração de 30 de abril de 2019 a 11 de dezembro de 2019.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Nenhum cargo de Administração.	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Sim. Membro do Conselho de Administração da Light S.A./Light S.E.S.A./Light Energia S.A de maio a dezembro de 2019.</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

Anexo 8

ICVM 481/09 – Candidatos ao Conselho Fiscal

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa	Igor Mascarenhas Eto
Marco Aurélio de Barcelos Silva	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti	Fernando Passalio de Avelar
Michele da Silva Gonsales Torres	Ronaldo Dias
Cláudio Morais Machado	Carlos Roberto de Albuquerque Sá

12.5	Ronaldo Dias
a. nome	
b. data nascimento	09/12/1946
c. profissão	Contador
d. CPF ou passaporte	221.285.307-68
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Número Pessoal	e900233
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Banco Clássico S.A. – Atualmente Auditor Interno e Diretor; Banco Clássico S.A. – Gerente Administrativo do Fundo Dinâmica Energia Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEG, mandato com término em abril/2016 Membro Efetivo do Conselho Fiscal da CEMIG desde 2019
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Michele da Silva Gonsales Torres
a. nome	
b. data nascimento	25/11/1983
c. profissão	Advogada
d. CPF ou passaporte	324.731.878-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Número Pessoal	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<ul style="list-style-type: none"> -Gerente do Departamento Jurídico da Compacta Central de Restauração e Revestimentos Ltda R&R Engenheiros Associados Ltda 2008/2018; - Membro do Conselho Fiscal da Cemig- 2018/2019; - Membro do Conselho Fiscal da Light- desde 2019; -Sócia da ALFM Advogados; -Membro da Comissão de Compliance do Instituto dos Advogados de SP-IASP; -Membro da Comissão de Compliance da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/SP;
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Suplente de Conselho Fiscal Light S.A.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Marco Aurélio de Barcelos Silva	
a. nome		
b. data nascimento		10/09/1980
c. profissão		Advogado
d. CPF ou passaporte		013.543-946-90
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		e900234
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais – Secretário – Administração Direta Estadual – Período: 02/01/2019 até a presente data; Presidência da República – Programa – Período: 05/05/2017 a 02/01/2019; Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento – PPI – Administração Direta Federal – Diretor de São Paulo Negócios – Sociedade de Economia Mista do Município de São Paulo – Diretor – 22/09/2014 a 19/07/2016; São Paulo Negócios – Sociedade de Economia Mista do Município de São Paulo – Superintendente de Projetos – Período: 13/03/2014 a 22/09/2015.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Igor Mascarenhas Eto
a. nome	
b. data nascimento	23/11/1991
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou passaporte	107.944.856-00
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Número Pessoal	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretário de Estado de Governo de Minas Gerais - Gestão 2019 / 2022- Março/2020 até a presente data; Secretário Geral de Governo do Estado de Minas Gerais – Gestão 2019 /2022 - Janeiro/2019 – Março/2020; Coordenador de Administração Campanha Romeu Zema Governador –Agosto/ 2018 – Outubro/2018; Secretário de Finanças Partido NOVO – BH Abril/2017 até Abril/2019; Gerente de Projetos 2LM Consultoria e Treinamento - Belo Horizonte, MG – Março/2016 –Dezembro/ 2017 Líder de expansão partidária da RMBH – Agosto/2017 até agora; Palestrante oficial do Partido NOVO, palestrante de Liberalismo e Palestrante de empreendedorismo para jovens lideranças. Sócio Proprietário Pearson Consultoria e Gestão Estratégica - Belo Horizonte, MG de Janeiro/2018 até Agosto/2019; Sócio Proprietário Pearson Consultoria e Gestão Estratégica - Belo Horizonte, MG – Maio/2014 – Novembro/ 2016; Sócio Proprietário ArteClube Comunicação - Belo Horizonte, MG – Janeiro/ 2015 – Novembro/ 2016;
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Gustavo de Oliveira Barbosa	
a. nome		
b. data nascimento		13/11/1965
c. profissão		Contador
d. CPF ou passaporte		494.126.476-20
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		sim
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		e900228
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Técnico Bancário Novo lotado na Superintendência Regional – segmento Pessoa Jurídica Pública na Caixa Econômica federal; Consultor na Barbosa & Mello Consultoria em 2019 e Secretário de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais - 2019; Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro de 2016 a 2018; Diretor Presidente do FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Rioprevidência de 2010 a 2016;	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Fernando Passalio de Avelar
a. nome	
b. data nascimento	02/09/1979
c. profissão	Administrador de empresas
d. CPF ou passaporte	027.397.026-71
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	0
m. Número Pessoal	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais desde 2019; Subsecretário de Desenvolvimento Regional em 2019; Responsável pela governança em segundo nível das ações do IDENE coordenando as ações junto ao atual Diretor-Geral e Superintendente de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativismo de 2011 a 2016;
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Secretário de Estado Adjunto de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais.
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Elizabeth Jucá e Mello Jacometti	
a. nome		
b. data nascimento		08/07/1960
c. profissão		Economista
d. CPF ou passaporte		454.965.956-49
e. cargo eletivo ocupado		Conselheira Fiscal
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		e900229
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais desde 2019; Conselheira Fiscal da Minas Gerais Participações –MGI desde 2019; Servidor Público pela Prefeitura de Juiz de Fora, Técnico de nível superior III, de 1982 até 2018; Professora pela Faculdade Vianna Júnior desde 2008; Professora pelo Núcleo de Assessoramento, Treinamento e Estudos em Saúde da Universidade Fed, NATES/UFJF desde 2008.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>

12.5	Cláudio Morais Machado	
a. nome		
b. data nascimento		13/09/1943
c. profissão		Contador
d. CPF ou passaporte		070.068.530-87
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Não
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		e900204
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Conselheiro Fiscal do BANRISUL SA, de Porto Alegre/RS, no exercício da Presidência, de 2003 a 2018; Conselheiro Fiscal titular da ONG Fundação Projeto Pescar, POA/RS de 2012 a 2017, na presidência; Membro da Comissão do Exame de Qualificação Técnica p/auditores independentes do CFC, de 2003 a 2017; Conselheiro Fiscal da Tupi SA, de Joinville/SC, de 2010 a 2016; Perito Contábil, com foco na área financeira, junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, de 1.998 a 2017.	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor		
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.	

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

c12.5	Carlos Roberto de Albuquerque Sá
a. nome	
b. data nascimento	31/01/1950
c. profissão	Economista e Contador
d. CPF ou passaporte	212.107.217-91
e. cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal
f. data de eleição	31/07/2020
g. data da posse	01/08/2020
h. prazo do mandato	Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. membro independente / critério	
l. número de mandatos consecutivos	1
m. Número Pessoal	e900205
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Coordenador do Comitê de Auditoria das Lojas Marisa desde abril de 2011; Conselheiro Fiscal do Banco do Brasil em 2014 e 2015; Coordenador do Comitê de Auditoria da M.Dias Branco S.A. desde 2018; Coordenador do Comitê de Auditoria da Camil Alimentos S.A desde abril de 2018; Conselheiro Fiscal suplente na CEMIG – BH desde abril de 2018; Conselheiro Fiscal Titular da Holding do Itaú/Unibanco desde abril de 2016, até março/19; Conselheiro Fiscal Titular da Marfrig Global Foods desde abril de 2016, até março/19.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.
12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:	
a. administradores do emissor	Não
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:	
a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não

12.5	Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva	
a. nome		
b. data nascimento		04/02/1969
c. profissão		Médico
d. CPF ou passaporte		898.977.736-49
e. cargo eletivo ocupado		Conselheiro Fiscal
f. data de eleição		31/07/2020
g. data da posse		01/08/2020
h. prazo do mandato		Até a AGO de 2022
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor		Não
j. se foi eleito pelo controlador ou não		Sim
k. membro independente / critério		
l. número de mandatos consecutivos		1
m. Número Pessoal		e900232
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos indicando: · nome e setor de atividade da empresa · cargo · se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Secretário Estadual de Saúde de Minas Gerais, Gerente Assistencial do Hospital Regional Dr. João Penido, Diretor Administrativo do Instituto Neurocirúrgico de Juiz de Fora, Conselheiro Fiscal do Instituto de Clínica e Cirurgia de Juiz de Fora	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais	
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
i. qualquer condenação criminal	Não	
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não	
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não	
12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo	Não aplicável.	
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários	Não aplicável.	

<p>12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo</p>	<p>Não aplicável.</p>
<p>12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:</p>	
<p>a. administradores do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:</p>	
<p>a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social</p>	<p>Não</p>
<p>b. controlador direto ou indireto do emissor</p>	<p>Não</p>
<p>c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas</p>	<p>Não</p>